Embrapa Meio-Norte

EDITAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - MAPA** **EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa** **Pregão Eletrônico - Embrapa nº 135009-71/2026**
OBJETO: Prestação de serviços de execução de cercamento rural, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários, compreendendo a implantação de cercas convencionais de arame farpado na Base Física de Campo Maior/PI e a implantação de barreira perimetral com tela galvanizada para redução do acesso de capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*) às áreas experimentais da Embrapa Meio-Norte, em Teresina/PI.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO	**MODO DE DISPUTA**
(_X_) Menor Preço **(__) Maior Percentual de Desconto**	**(__) ABERTO** **(_X_) ABERTO E FECHADO**

Data de Abertura: 23/10/2026 às 09:00, sítio www.gov.br/compras.

Valor total estimado: Em regra sigiloso (Lei nº 13.303/2016 e RLCC), observando-se o contido no art. 34 e parágrafos da Lei nº 13.303/2016.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender a esta licitação, no presente exercício, estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Embrapa para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 13203 / 135009

Fonte:1000000000

Programa de Trabalho: CULTIVARES - DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA PLANEJAMENTO DE PRODUÇÃO DE SEMENTES 2026.

Elemento de Despesa: 333903916

PI:_____

Vistoria	Instrumento de Contratação	Forma de Adjudicação	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	
Sim (__) Não (**X**_)	Anexo IV	Por item (_**X**_) Por Lotes (_**X**_) Preço Global (__)	**Requisitos Básicos: Item 8 do Edital**	(___) Haverá inversão de fases (habilitação antes da apresentação das propostas e lances)? **Requisitos Específicos:** - Atestado de Capacidade Técnica Demais (Veja Termo de Referência)*
Lic. Exclusiva ME/EPP?	**Reserv. Cota ME/EPP?**	**Exige Amostra/Dem.?**	**Dec. nº 7.174/2010?**	**Prazo para envio da proposta/documentação adequada ao último lance ofertado**
Sim (__) Não (_**X**_)	Sim (__) Não (_**X**_)	Sim (__) Não (_**X**_)	Sim (__) Não (_**X**_)	Até 2 horas após a convocação realizada pelo pregoeiro.
Pedidos de Esclarecimentos		**Impugnações**		
Até 3 (três) dias, úteis, anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço eletrônico: cpamn.licitacao@embrapa.br		Até 3 (três) dias, úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública para o endereço o endereço eletrônico: cpamn.licitacao@embrapa.br		

DAS PROPOSTAS

PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS SERÁ DE 90 (noventa) DIAS a contar da sua apresentação.

1. Após a conclusão do processo licitatório, com a homologação e adjudicação do objeto ao vencedor, a Embrapa somente contratará se houver disponibilidade financeira para arcar com as despesas contratuais, no exercício em curso. Caso, por razões de contingenciamento orçamentário, que afetem o planejamento orçamentário anual realizado, após a homologação e adjudicação do objeto não for possível empenho dos valores contratuais durante o prazo de validade das propostas, a Embrapa adotará os seguinte procedimentos, quando da disponibilidade financeira:

a) Consulta ao adjudicatário sobre o interesse em manter sua proposta e as demais condições licitadas, para efetiva contratação;

b) Caso o adjudicatário não manifeste interesse na manutenção de sua proposta, a Embrapa convocará os demais licitantes, na forma do inciso I do §2º do artigo 75 da Lei 13.303/2016, segundo a ordem de classificação, para, se quiserem, assumam as condições da proposta vencedora, para efetiva contratação;

2. Por imposição de novas circunstâncias orçamentárias, em decorrência de ações de contingenciamento impostas pelo Governo Federal, a Embrapa poderá reduzir o escopo das contratações (redução quantitativa), desde que não afete as condições de habilitação e demais condições vinculadas à igualdade, economicidade e publicidade do certame.

3. Sendo o caso de redução quantitativa do objeto, a negociação prevista nos itens anteriores deverá observar essa circunstância.

4. Em todos os casos, caso entre a data de apresentação da proposta vencedora da licitação e a efetiva contratação, decorra tempo superior a 12 (doze) meses, os valores da proposta poderão ser reajustados pelo IPCA, caso outro índice não tenha sido indicado no Edital e seus anexos.

OBSERVAÇÕES GERAIS:

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, por meio de sua Unidade: Embrapa Meio-Norte, sediada na Avenida Duque de Caxias, 5650, Bairro: Buenos Aires, CEP 64008-780, Teresina PI, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento ***menor preço,*** *por lote/grupo*, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei nº 14.133/2021 (em relação aos procedimentos da modalidade pregão, naquilo que não conflitar com a Lei nº 13.303/2016), da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, hoje, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa - Norma 037.011.003.001, aprovada pela Resolução do Conselho de Administração da Embrapa - RC nº 277, de 21/3/2024 e Publicado no D.O.U, em __/__/__, e no Boletim de Comunicações Administrativas - BCA Nº 16/2024, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, disponível no sítio www.gov.br/compras.

1.2. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico antes da data de realização do pregão, na forma da Instrução Normativa nº 3 de 26 de junho de 2018, do então Secretário de Gestão do Ministério da Economia.

1.3. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

1.4. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

1.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

1.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

1.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1.8. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a prestação de serviços de execução de cercamento rural, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários, compreendendo a implantação de cercas convencionais de arame farpado na Base Física de Campo Maior/PI e a implantação de barreira perimetral com tela galvanizada para redução do acesso de capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*) às áreas experimentais da Embrapa Meio-Norte, em Teresina/PI, de acordo com as especificações técnicas, condições, quantidades e padrões de desempenho e qualidade estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I).

2.2. Os itens, se for o caso, destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, estarão identificados no Termo de Referência.

2.3. Em caso de discrepância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema de compras do governo federal (sítio www.gov.br/compras) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.2. Não poderão participar as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido:

a) penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, aplicada na vigência do inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, ou contida no art. 83, inciso III da Lei nº 13.303/2016, desde que aplicada pela Embrapa, e no inciso III do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando aplicada no âmbito da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

b) penalidade de impedimento de licitar e contratar, aplicada na vigência do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ou no artigo 47 da Lei n. 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade da União;

c) penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada na vigência do inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993 e contida no inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, aplicada no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional de todos os entes federativos ou a prevista no artigo 46 da Lei n. 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;

d) penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12, III da Lei n. 8.429/1992;

3.3. Para os fins desta licitação, os impedimentos referidos neste Edital serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, e outros sistemas cadastrais pertinentes, que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.

3.4. Também estarão impedidas de participar da Licitação empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos do artigo 38 da Lei nº 12.529/2011, do artigo 10 da Lei 9.605/98, e inciso IV do artigo 33 da Lei nº 12.527/11.

3.5. Também não poderão participar Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum participando da presente licitação;

3.6. Não poderão participar, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.7. Serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

3.8. A participação de cooperativas na presente licitação:

a) Será admitida (_**X**_), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

b) Não será admitida (__), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

3.9. Também não poderão participar entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente e que não apresentem condições de habilitação semelhantes às exigidas para licitantes nacionais, segundo as formalidades da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018.

3.10. A participação de empresas reunidas em consórcio:

a) Será admitida (__), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

b) Não será admitida (_**X**_), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

3.10.1. Em caso de possibilidade de participação de consórcio deverão ser observados os seguintes requisitos:

a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução de contrato;

3.10.2. Antes da celebração do contrato, o Licitante vencedor deve promover a constituição e o registro do consórcio nos termos do compromisso público ou particular de constituição de consórcio.

3.10.2.1. Encerrado o certame, a Embrapa estabelecerá prazo, por meio de notificação, para que o Licitante vencedor comprove a constituição e o registro do consórcio, admitida a possibilidade de prorrogação mediante apresentação de justificativa.

3.10.2.2. O empenho e a formalização de contrato ocorrerão em conformidade com o que dispõe o Termo de Compromisso, podendo ocorrer em nome da empresa Líder ou em nome de cada consorciada com a indicação do nome do consórcio a que elas pertencem.

3.10.2.3. Caso o termo de compromisso defina de forma individualizada a participação de cada consorciada, o empenho deverá ser proporcional ao percentual ali indicado.

3.10.3. Esta Licitação:

a) não estabelece limite máximo de empresas consorciadas (___), conforme justificativa da autoridade competente constante do processo administrativo da presente licitação.

b) estabelece o limite máximo de até ___(_____) empresas consorciadas, conforme justificativa da autoridade competente constante do processo administrativo da presente licitação.

3.10.4. Em caso de substituição do consorciado, esta deverá ser expressamente autorizada pela Embrapa e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio neste processo licitatório.

3.11. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.12. Este pregão é de âmbito nacional.

3.13. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.13.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

b) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.13.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.13.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.13.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.13.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.13.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.13.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.13.8. que cumpre os requisitos do Decreto nº 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência, se for o caso.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022, ART. 18).

4.1.1. Os documentos de habilitação serão exigidos somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante vencedor.

4.1.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

4.4.1. A falsidade desta declaração sujeitará o licitante às sanções previstas no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênio da Embrapa.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação, na hipótese de inversão de fase, anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após os procedimentos de que trata o Capítulo VII da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

4.8. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas que trata o § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022, prorrogável por igual período.

4.8.1. A prorrogação de que trata este item, poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro; ou

II - de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor unitário ou desconto e valor mensal e anual do item, conforme o caso;

b) marca, se for o caso;

c) Fabricante, se for o caso;

d) Quantidade cotada, se for o caso;

e) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.2. As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.3. O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias, contados da data prevista para abertura da sessão, podendo vir a ser prorrogado mediante solicitação da **Embrapa** e aceitação do licitante.

5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema de compras do governo federal (sítio www.gov.br/compras), se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

5.7. A licitante, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada, tendo em vista o objeto da presente licitação, poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, conforme disposições contidas no art. 18, §5º-C, VI da Lei Complementar nº 123/2006, desde que observadas as condições fixadas pelo § 1º do art. 17 da mesma Lei.

6. DO PROCESSAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que identifiquem o licitante, que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

6.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8. O lance deverá ser ofertado considerando o critério de julgamento definido no presente edital.

6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.11. Observado o disposto no item 6.10, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, nos termos dos arts. 33 e 34 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

6.12. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.12.1 Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata este item, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto"

6.18. Caso a licitação ocorra pelo modo de disputa aberto, os procedimentos da etapa de lances serão os seguintes:

6.19. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de .R$ 1,00 (um real).

6.20. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.21. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.22. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances da seguinte forma:

a) Ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

b) Ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.23. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.23.1. Após o reinício previsto neste item, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.23.2. Encerrada a etapa de que trata o item 6.23.1, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 6.22.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto e fechado"

6.24. Caso seja adotado o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, considerando os seguintes procedimentos:

6.25. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.26. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até dez por cento superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.27. No procedimento de que trata o item 6.26., o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.28. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no item 6.27.

6.29. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem constante do item 6.22.

Envio de Lances no modo de disputa "fechado e aberto"

6.30. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.31. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.30, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.32. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.33. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.34. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, conforme disposto no item 6.22.

6.35. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.36. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

6.37. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo o disposto no item 6.22.

Direito de Preferência para microempresas e empresas de pequeno porte

6.38. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro deverá verificar a ocorrência de empate ficto em favor de microempresa ou empresa de pequeno porte, assegurando, se for o caso, o direito de preferência, observando-se o seguinte:

a) o empate ficto ocorrerá quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço;

b) ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências de habilitação, deve ser adjudicado o objeto em seu favor.

c) caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na alínea anterior.

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, deve ser realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro pode apresentar melhor oferta.

6.39. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, deixe de apresentar, no prazo citado, nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame ou apresente proposta de preço inaceitável ou deixe de atender às exigências de habilitação, o pregoeiro convocará, dentre as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.38., na ordem classificatória, a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para o exercício do mesmo direito de preferência.

6.40. O procedimento previsto no subitem 6.38. será adotado, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital ou até que não haja microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadre na hipótese do subitem 6.38.

6.41. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens 6.38. e 6.39., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que sua proposta seja aceitável e ele apresente os documentos de habilitação, tudo de acordo com o presente Edital.

6.42. O disposto no subitem 6.38. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Direito de Preferência - art. 3º da Lei nº 8.248/1991

6.43. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei n° 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5° e 8° do Decreto n° 7.174, de 2010.

6.44. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.45. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.46. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

Critério de Desempate

6.47. Após a etapa de envio de lances ou caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, caso aconteça empate, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no Art. 55, da Lei nº 13.303/2016, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.48. Na hipótese de necessidade de sorteio, as licitantes serão comunicadas e convocadas para o ato público em data, hora e local informados pelo pregoeiro no sistema eletrônico, sendo que a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

Da Negociação da Proposta

6.49. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

6.49.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.49.2. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado ou inferior ao desconto definido para a contratação.

6.50. O valor global da proposta, após a negociação, não poderá superar o orçamento estimado pela **Embrapa**, sob pena de desclassificação do licitante.

6.51. Se, depois de adotada a providência referida no item 6.49.2, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação (§3º do art. 57 da Lei nº 13.303/2016).

6.52. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.53. Observado o prazo de que trata o item 4.8 acima, o pregoeiro deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

Envio da Proposta Final

6.54. Encerrada a etapa de lances, se a proposta atender aos critérios de aceitabilidade de preços, o licitante detentor da melhor oferta, após solicitação do pregoeiro, encaminhará no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, na forma do § 2º do artigo 29 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, por meio da funcionalidade "enviar anexo" presente no sistema eletrônico, a PROPOSTA FINAL e, se necessário, os documentos complementares, decomposta em Planilha de Preços, conforme modelo anexo ao presente Edital, com os preços adequados ao seu último valor ofertado.

6.55 Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema de compras do governo federal poderão ser solicitados, devendo o novo envio ocorrer em original, por cópia autenticada **ou digitalizados, conforme os parâmetros estabelecidos pelo artigo 5º do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020,** a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo e no endereço indicados pelo Pregoeiro.

6.56 No caso de licitações em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora. (art. 31 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

6.57 Caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora.(art. 32 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

6.58 É de responsabilidade do licitante confirmar, junto à Embrapa, o recebimento dos documentos de habilitação e proposta final, não cabendo à Embrapa a responsabilidade pelo desconhecimento de tais informações.

7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos itens a seguir, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

7.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.2.1. contiver vícios insanáveis;

7.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.3. O pregoeiro poderá desclassificar as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.4. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracterizará motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

7.5. A análise de exequibilidade da proposta não deverá considerar materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

7.6. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade ou qualquer outro aspecto da proposta.

7.7. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração (art. 56, §3º da Lei nº 13.303/2016).

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.(Art. 34 da IN SEGES Nº 73/2022)

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata este item, só será considerada após diligência do pregoeiro que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. O pregoeiro poderá exigir do licitante a demonstração da exequibilidade da sua proposta, podendo para tanto e conforme o caso adotar os procedimentos mais adequados, tais como:

a) Requerer a apresentação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

b) Solicitar informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego;

c) Realizar consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

d) Realizar pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

e) Realizar verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;

f) Realizar pesquisa de preço com agentes econômicos dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

g) Realizar a verificação de notas fiscais dos produtos cotados na proposta e anteriormente adquiridos pelo proponente;

h) Realizar o levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

i) Realizar ou consultar estudos setoriais;

j) Realizar consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

k) Realizar a análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços.

7.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata. (art. 43 da IN SEGES Nº 73/2022)

7.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2h (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.12. Se a proposta do licitante vencedor da etapa competitiva de lances não for aceitável, o pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando o seu atendimento até a apuração de uma proposta que atenda os termos do Edital e desta verificando as condições de habilitação. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7.13. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no Art. 154 da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17/10/2022, em razão do disposto no art. 159, inciso V, sob pena de desclassificação.

7.14. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, exame de conformidade ou prova de conceito, entre outros testes de interesse da Embrapa, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras ou outros testes, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade definidos no Termos de Referência.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada. O mesmo se aplica em caso de reprovação no exame de conformidade, prova de conceito e outros testes de interesse da Embrapa.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s) ou se houver reprovação do exame de conformidade, prova de conceito e outros testes de interesse da Embrapa, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação e, assim, sucessivamente, até a ocorrência de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.20. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.21. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo e no local definido no Termo de Referência, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.22. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.23. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos dos respectivos Decretos regulamentares.

7.24. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.25. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.26. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.27. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.28. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.29. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. HABILITAÇÃO

Consulta a Cadastros

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

Disposições Gerais sobre a Habilitação

8.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará na inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.5.4. A verificação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.5.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema quando solicitado pelo pregoeiro até a conclusão da fase da habilitação.(art. 39, §1º Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

8.5.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, será observado o disposto nos subitens 3.10, 8.26 e 8.27.6 deste edital.

8.9. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder as fases de envio de lances e de julgamento.

8.9.1. Na hipótese de inversão de fase referida neste item, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.9.2. Após o encerramento da fase de habilitação, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.10. Os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.(art. 39, §3º da IN 73/2022)

8.11. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no prazo de, **2(duas horas)**, prorrogável por igual período, nas mesmas situações elencadas no item 4.8.1 deste Edital. (art. 39,§ 5º, IN 73/2022)

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, na forma estabelecida no item 11 deste Edital.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o prazo disposto no § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o item 8.13 deste Edital.

8.16. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.17. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.18. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante da matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Habilitação Jurídica

8.19. Serão exigidos os seguintes documentos para a habilitação jurídica:

8.19.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.19.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio *www.portaldoempreendedor.gov.br*;

8.19.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.19.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.19.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.19.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.19.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, nos termos do art. 4º, §2º Decreto nº 10.880 de 02/12/2021.

8.19.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17/10/2022.

8.19.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização (Instrução Normativa SEGES Nº 03/2018);

8.19.10. No caso de exercício de atividade regulamentada, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, conforme legislação pertinente, conforme e exigências descritas no Termo de Referência.

8.19.11. Declaração de inexistência de fatos impeditivos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme modelo constante de anexo do presente Edital;

8.20. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectivas, quando houver.

Habilitação Técnica

8.21. Serão exigidos os seguintes documentos para verificação da capacidade técnica:

a) no mínimo, 01 (um) atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à execução satisfatória, compatível com o seguinte requisito: execução de serviços similares em características e quantitativos ao objeto (*art. 58, II da Lei 13.303/2016 - havendo parcela de relevância a ser destacada. Não havendo parcela de relevância, a comprovação se dará com relação à boa execução do objeto anteriormente*);

b) além do atestado, outros requisitos poderão estar definidos no Termo de Referência, com vistas ao estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

8.22. É permitido o somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado.

8.23. É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica;

8.24. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços contínuos, se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

8.25. Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Embrapa manter contato com a sociedade atestante.

8.26. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado.

Qualificação Econômica-Financeira

8.27. Para demonstração da Qualificação Econômica-Financeira, será exigida a seguinte documentação:

8.27.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.27.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.27.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

8.27.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.27.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

8.27.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.27.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.27.4. As empresas que apresentarem Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou menor que 1 (um) quando da habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.27.5. Caso a licitante que apresente resultado igual ou menor que 1(um) não atenda as condições do item anterior, a qualificação econômica-financeira poderá ser demonstrada, mediante a apresentação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento), podendo o licitante optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro; seguro-garantia; e fiança bancária.

8.27.6. Em se tratando de consórcio, caso permitida a sua participação, o valor exigido para efeito de habilitação econômico-financeira:

a) será acrescido em ___%(_____ por cento) sobre o valor exigido para efeito de habilitação (____);

b) não haverá acréscimo em relação ao valor exigido de licitante individual, em virtude da justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.(__**X**__)

8.27.6.1. Para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.27.6.2. O acréscimo de que trata este subitem não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresa e pequenas empresas, assim definidas em lei.

8.28. Microempresas e empresas de pequeno porte deverão atender a todas as exigências de habilitação previstas neste edital.

8.29. Para as microempresas e empresas de pequeno porte (nos termos da Lei Complementar nº 123/2006) que tenham alguma restrição, em relação à documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do § 1o do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º e seus parágrafos, do Decreto nº 8.538/2015.

8.30. Para aplicação do disposto no item 8.29, o prazo para regularização fiscal será contado a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

8.31. A prorrogação do prazo constante do item 8.29 poderá ser concedida, a critério da Embrapa, após requerimento justificado da licitante.

8.32. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.33. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado, devendo instruir o processo, se for o caso, com vistas a possíveis penalidades.

8.33.1. Caso o documento de habilitação ausente consistir em declaração sobre fato preexistente, o pregoeiro poderá conceder prazo razoável para o saneamento da falha. (Acordão TCU 988/2022 - Plenário)

8.33.2. Caso existam dúvidas relacionadas a incertezas e/ou divergências constatadas em propostas de licitantes, bem como erros ou falhas em planilhas de preços cuja identificação seja evidente, o pregoeiro e sua equipe de apoio poderão suprimi-las por meio de diligências.

8.33.3. As falhas, erros ou omissões tratadas neste dispositivo deverão ser resolvidas em, no máximo, 2 (duas) horas após notificação ao licitante.

Regularidade Fiscal

8.34. Para verificação da regularidade fiscal, serão exigidos, exclusivamente:

a) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9. RECURSOS

9.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no subitem 4.1.2 deste Edital, da ata de julgamento. (§ 1º do artigo 59 da Lei 13.303/2016)

9.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.5. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

9.6. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

10.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

10.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

10.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

11. ERROS OU FALHAS

11.1. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

11.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **item anterior**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

(__) Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

(_**X**_) Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. Quando a Embrapa convocar o licitante com preço mais bem classificado para assinatura do Contrato, este deverá fazê-lo em prazo de até 10 (dez) dias úteis prorrogáveis por igual período, a critério da Embrapa. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o instrumento contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

13.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

14. PENALIDADES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou entregar em desconformidade ao Edital, mesmo após prazo conferido para correção das inconsistências ou os defeitos constatados (redação do RLCC)

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.5. fraudar a licitação;

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. A Embrapa poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. multa;

14.2.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa por prazo não superior a 2 (dois) anos.

14.3. A multa será recolhida em percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa poderá ser aplicada, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.5. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Embrapa, pelo prazo máximo de 1 (um) ano.

14.6. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa será aplicada ao responsável em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, pelo prazo de 2(dois) anos.

14.7.Qualquer conduta não prevista no item 14.1 deste Edital e que seja sujeita à aplicação da penalidade prevista no inciso III do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, seguirá a dosimetria estabelecida nos itens 14.12 a 14.24 deste Edital.

14.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Embrapa, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.9. Constatada a ocorrência de quaisquer infrações previstas neste item do edital, o pregoeiro ou o presidente da comissão de licitação adotará o seguinte procedimento:

14.9.1. Notificará o licitante, no prazo máximo de 2 dias úteis a contar da identificação do evento, sobre a ocorrência dos fatos identificados e da possível infração, solicitando manifestação prévia sobre os motivos de sua ocorrência e eventuais alegações, por meio do sistema ou por outro meio que garanta o conhecimento de sua recepção;

14.9.2. Após manifestação do licitante, o pregoeiro ou presidente da comissão de licitação reduzirá os fatos e as circunstâncias em relatório, manifestando-se sobre possível ocorrência ou não de infração;

14.9.3. Caso o pregoeiro ou comissão de licitação conclua pela ocorrência da infração, encaminhará o relatório e demais documentos pertinentes à autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UDs e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), que decidirá, justificadamente, sobre a abertura de Processo Administrativo de Apuração - PAA, caso conclua pela materialidade da infração.

14.10. Constatada a materialidade da infração, será providenciada a instauração do Processo Administrativo de Apuração - PAA, com intuito de reunir todos os documentos produzidos, visando avaliação sobre culpabilidade do infrator.

14.11. A instauração do Processo Administrativo de Apuração - PAA deverá ser iniciada por termo de abertura de processo e instrução processual contendo, no mínimo:

I. todas as manifestações produzidas na instrução preliminar;

II. decisão da autoridade competente sobre abertura do PAA (Chefe-Adjunto de Administração, nas UDs e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC);

III. edital cujas disposições foram infringidas;

IV. os documentos comprobatórios das alegações já formuladas.

14.11.1. Instaurado Processo Administrativo de Apuração - PAA deverá ser encaminhada ao infrator, no prazo de até 10 dias úteis a contar da abertura do processo, notificação sobre a abertura do PAA, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

I - identificação do infrator;

II - número e objeto do contrato ou edital a que se refere;

III - finalidade da intimação;

IV - indicação dos fatos e fundamentos legais, disposições do edital descumpridas.

V - as possíveis penalidades cabíveis, com indicação das disposições do edital a que se referem;

VI - estabelecimento de prazo de 10 dias úteis para apresentar sua Defesa Prévia, a contar da data do recebimento da notificação, nos termos do §2º do artigo 83 da Lei nº 13.303/2016, momento em que lhe será facultado apresentar documentos, bem como produzir provas;

VII - orientações para que a Contratada se habilite no processo SEI, o prazo no qual deverá estar habilitado e a informação de que, ao final, a Embrapa, para todos os efeitos, considerará que a licitante encontra-se com vista franqueada do processo;

VIII - informação da continuidade do processo, decorridos os prazos, independentemente da apresentação de sua defesa;

14.11.2. O infrator terá acesso irrestrito ao PAA, sendo de sua inteira responsabilidade o tratamento dos dados pessoais neles contidos, devendo, se for o caso, tratá-los segundo as disposições da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018.

14.11.3. O infrator deverá arcar com os custos de eventuais fotocópias.

14.11.4. É ônus do contratado manter atualizado, junto à Embrapa, seu endereço, inclusive eletrônico, sob pena de ser considerada válida a notificação promovida no último endereço informado.

14.11.5. Ao licitante incumbe, no âmbito de sua defesa, alegar todos os fatos e fundamentos jurídicos que lhe aproveitem, cabendo-lhe o ônus da prova de suas alegações, podendo juntar documentos e pareceres, bem como requerer diligências ou qualquer outro meio de prova cabível, arcando com eventuais custos de sua realização.

14.11.6 Poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelo licitante quando sejam intempestivas, ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

14.11.7 Após a apresentação da defesa prévia pelo licitante, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UDs e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC) se manifestará sobre as alegações apresentadas e decidirá sobre a culpabilidade do infrator, fundamentadamente.

14.11.8 Após o análise sobre a culpabilidade, no mesmo ato, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UDs e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC) passará à dosimetria das penalidades cabíveis.

14.12. Na avaliação da dosimetria das penalidades, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UDs e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), mesmo nos casos de ausência de defesa, considerará as circunstâncias agravantes ou atenuantes presentes no caso, e as penalidades que entender razoáveis.

14.13. A aplicação da penalidade deve levar em consideração a natureza e a gravidade dos fatos, a extensão e a relevância da obrigação descumprida, a culpabilidade do licitante, os fins a que a sanção se destina, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e, em especial, as seguintes circunstâncias:

I. atenuantes:

a) a inexistência de prejuízos ou riscos à Embrapa;

b) a regularização do ato que ensejou a abertura do PAA; e

c) outra circunstância relevante, anterior ou posterior à infração verificada.

II. agravantes:

a) a reincidência;

b) o descumprimento de obrigação com a obtenção de vantagens indevidas, de qualquer espécie, em benefício próprio ou de outrem, em decorrência da infração; e

c) a não adoção de providências no sentido de evitar ou reparar atos lesivos, dos quais tenha tomado conhecimento.

14.13.1 No concurso de agravantes e atenuantes, a Autoridade Decisória (Chefe-Adjunto de Administração, nas UDs e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC) aplicará a sanção conforme indicado pelas circunstâncias preponderantes.

14.13.2. De forma devidamente justificada, a penalidade prevista no edital poderá ser reduzida equitativamente pela Autoridade Decisória (Chefe-Adjunto de Administração, nas UDs e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), quando se revelar manifestamente excessiva, tendo em vista os elementos indicados no 14.13 deste edital.

14.14. A aplicação de sanção e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

14.15. Além dos fundamentos, a Decisão conterá:

I - A penalidade aplicada, conforme estabelecido no Edital;

II - A forma de execução da pena e de recolhimento dos valores de multa, se for o caso;

III - O prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da intimação, para apresentação de Recurso;

IV- A informação de que a não apresentação de Recurso em relação à penalidade aplicada, ensejará a aplicação da pena de forma imediata.

14.16. Proferida a Decisão, o infrator será notificado, sobre este evento, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

14.16.1. A notificação sobre a Decisão poderá ser dispensada, caso o infrator acesse seus termos no processo de aplicação de penalidades, no ambiente SEI, estando este evento devidamente registrado.

14.17. Poderá o infrator, quando da interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.

14.18. O recurso apresentado deverá ser dirigido ao autor da Decisão recorrida (Chefe-Adjunto de Administração, nas UDs e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), que poderá revê-la, modificando-a, anulá-la ou revogá-la, total ou parcialmente ou mantê-la.

14.18.1. Se a reforma da Decisão agravar situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da intimação, novos termos recursais em relação ao agravamento.

14.18.2. Após seu pronunciamento final, caso o autor da nova Decisão recorrida a mantenha inalterada, deverá encaminhá-la ao superior imediato (Chefe-Geral nas UDs e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC).

14.18.3 O superior imediato (Chefe-Geral nas UDs e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC) poderá confirmar, atenuar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

14.18.4. A decisão que anular ou revogar a decisão recorrida, imporá o reinício do PAA, sem prejuízo dos atos aproveitáveis.

14.18.5. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado.

14.18.6. O não conhecimento do recurso não impede a Embrapa de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

14.18.7. Após a confirmação ou nova decisão por parte da autoridade superior (Chefe-Geral nas UDs e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC), o infrator deverá ser notificado de seus termos, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio que assegure, inequivocamente, a certeza da ciência do interessado.

14.18.8. Caso o penalizado não seja encontrado ou não confirme o recebimento da intimação, a Decisão será publicada no Diário Oficial da União, hipótese em que se presumirá a sua cientificação.

14.18.9. Após a Decisão final, a penalidade aplicada deverá ser executada e registrada no SICAF e nos registros cadastrais da Embrapa.

14.19. O sancionado com multa deverá comprovar o seu pagamento em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação respectiva, observando-se que, em caso de não quitação do débito, a Embrapa poderá efetuar sua cobrança pela via judicial.

14.20. O pagamento da multa poderá ser parcelado, por decisão da autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UDs e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), quando não houver prejuízos para a Embrapa, observando-se que os valores deverão ser atualizados pela taxa básica de juros da economia (SELIC).

14.21. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou da ciência da Decisão, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

14.22. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

14.23. Em regra, o recurso não terá efeito suspensivo, sendo possível sua concessão, de ofício ou a pedido, pela Autoridade Decisória recorrida ou imediatamente superior, quando houver justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação, decorrente da execução da decisão.

14.24. A prática de atos lesivos à Embrapa nos termos da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/2015, será apurada em processo administrativo aberto e instruído conforme disposições contidas na citada legislação, e em obediência ao rito e penalidades nela fixados.

14.25. As penalidades referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas no instrumento de contratação em anexo ao presente edital, podendo, ainda, constar do Termo de Referência.

15. ATOS LESIVOS À Embrapa

15.1. Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, o licitante estará sujeito às sanções estabelecidas neste Edital, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à Embrapa, assim definidos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

15.2. Constatada a prática de ato lesivo à Embrapa, pela configuração, de uma das condutos tipificadas no inciso IV do Artigo 5º da Lei 12.846/2013, haverá a responsabilização administrativa, na forma dos artigos 6º e 7º da 12.846/2013.

15.3. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei nº 13.303/2016 ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, o licitante também estará sujeito a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública, a serem aplicadas no Processo Administrativo de Responsabilização.

15.4. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da Embrapa.

15.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

15.6. O licitante sancionado administrativamente pela prática de atos lesivos contra a Embrapa, nos termos da Lei n° 12.846/13, publicará a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:

a) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação do licitante ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;

b) em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e

c) em seu sítio eletrônico, pelo prazo de trinta dias e em destaque na página principal do referido sítio.

15.7. A publicação a que se refere o item 16.6 será feita a expensas da pessoa jurídica sancionada.

15.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Embrapa resultantes de ato lesivo cometido pelo licitante, com ou sem a participação de agente público.

15.9. O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022 , inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o art. 67 do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022.

15.10. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

15.11 As disposições deste item se aplicam quando o licitante se enquadrar na definição legal do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.846/2013.

16. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

16.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma deste Edital.

16.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, podendo suspender a abertura da sessão pública caso entenda conveniente.

16.2.1. O prazo constante do item acima é limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.2.2. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

16.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

16.4. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

16.5. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

16.5.1. O prazo constante do item acima é limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.5.2. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

16.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.7. O licitante, através de consulta permanente ao sítio abaixo indicado, deverá manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações e esclarecimentos sobre o Edital, não cabendo à Embrapa a responsabilidade por desconhecimento de tais informações, em face de inobservância do licitante quanto ao procedimento apontado neste item.

16.8. Todos os pedidos/impugnações e suas respectivas respostas serão devidamente publicados no sítio eletrônico da Embrapa: https://www.embrapa.br/en/web/meio-norte/licitacoes.

16.9. Somente serão consideradas as impugnações encaminhadas até às 17h:00min do último dia para sua interposição.

16.10. O dia de abertura da licitação não é computado para a contagem dos prazos indicados neste item.

16.11. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos antes da sessão de abertura da licitação.

16.12. Não serão prestados esclarecimentos por telefone.

16.13. Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.

17.2. A Embrapa poderá promover alterações nos termos deste Edital, havendo reabertura do prazo para a apresentação das propostas, quando tais alterações afetarem a formulação das propostas.

17.3. A Embrapa poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, observado o disposto no art. 62 da Lei nº 13.303/2016.

17.4. Os recursos destinados à contratação correrão por conta do orçamento da Embrapa.

17.5. Fica eleito o foro da Justiça Federal - Circunscrição Judiciária de Teresina (PI), com exclusão de qualquer outro, para dirimir qualquer questão oriunda da presente licitação.

17.6. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

a) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
b) ANEXO II - MODELO PARA A PROPOSTA;
c) ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO;
c) ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO.

Teresina/PI, 5 de outubro de 2026

PAULO FERNANDO DE MELO JORGE VIEIRA
Chefe-Adjunto de Administração
Embrapa Meio-Norte

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviços de execução de cercamento rural, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários, compreendendo:**

a) **Lote 1 (Campo Maior/PI — Fazenda Sol Posto):** implantação de 2.800 m de cerca rural de 7 fios de arame farpado e 3.100 m de cerca rural de 4 fios de arame farpado, para contenção de rebanho bovino;

b) **Item 3 (Teresina/PI — Sede da Embrapa Meio-Norte):** remoção da cerca existente e implantação de 4.450 m de barreira perimetral com tela tipo mangueirão, destinada a reduzir o acesso de capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*) às áreas experimentais.

1.2. O objetivo é selecionar a proposta mais vantajosa para a Embrapa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, evitando operações em que caracterizem sobrepreço ou superfaturamento.

1.3. Amparo Legal (conforme o caso): Lei nº 13.303/2016; Lei nº 14.133/2021 (em relação aos procedimentos da modalidade Pregão, naquilo que não conflitar com a Lei nº 13.303/2016); Decreto nº 11.462/2023, ou o que vier a substituí-lo, com relação ao Sistema de Registro de Preços, enquanto não houver norma específica em relação ao tema para as Estatais; Lei Complementar nº 123/2006; Decreto nº 8.538/2015; Decreto nº 7.746/2012; Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010; Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018; Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017; Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022; Lei nº 13.243/2016; e Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa - RLCC, em especial, as disposições constantes de sua Seção I (Compras e Fornecimentos) e Seção II (Serviços) - do Anexo I.

1.4. Vinculação: este Termo de Referência vincula-se ao Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 22/2026, ao Mapa de Riscos (Revisão 02) e aos documentos de custeio (BDI, Composição de Custos Unitários, Cronograma Físico-Financeiro, Memória de Cálculo e Planilha Orçamentária Sintética) constantes do Processo SEI nº 21188.001396/2026-89, bem como ao Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, disponível em https://www.embrapa.br/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos.

2. JUSTIFICATIVAS

2.1. Da Necessidade da Contratação

a) O objeto alinha-se aos objetivos estratégicos de eficiência operacional, preservação do patrimônio público e sustentabilidade das atividades de pesquisa agrícola e pecuária da Embrapa Meio-Norte.

b) Justifica-se o objeto deste Termo considerando que as estruturas de cercamento atuais nas unidades de Campo Maior/PI e Teresina/PI apresentam severa deterioração decorrente do tempo e do uso, comprometendo a delimitação patrimonial, a segurança das instalações, o manejo dos animais e a proteção de experimentos científicos em andamento, com destaque para o acesso descontrolado de capivaras às áreas experimentais de Teresina/PI.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

3.1. As despesas com o objeto a ser contratado correrão à conta da Nota de Crédito 2026NC003106 (Cultivares — Descentralização Orçamentária para Planejamento de Produção de Sementes 2026), PTRES 251545, Fonte 1000000000, na UG 135009 (Embrapa Meio-Norte), Elemento de Despesa 33903900.

3.2. O valor estimado da contratação é sigiloso observando-se o contido no art. 34 e parágrafos da Lei nº 13.303/2016, correspondendo, conforme o Quadro Técnico Definitivo do ETP nº 22/2026 (Tabela 11) e a Planilha Orçamentária Sintética (Revisão 02).

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO (DESCRIÇÃO DETALHADA)

Lote	Item	Cód. Comprasnet (CATSER)[1]	Especificação	Unid.	Quant.	Local de Execução
1	1	15962	Limpeza mecanizada de faixa/abertura de aceiro para cerca de 7 fios.	m²	11.200	Fazenda Sol Posto, Campo Maior/PI
			Desmontagem e remoção de cerca antiga (cerca de 7 fios).	m	2.800	
			Instalação da nova cerca de 7 fios (mão de obra) — material de estacas/arame parcial/grampos fornecido pela Embrapa (ver item 4.9).	m	2.800	
			Fornecimento de arame farpado complementar (rolo de arame c/500m).	und	6	
	2	15962	Limpeza da faixa de terreno na extensão da cerca (cerca de 4 fios).	m²	3.100	
			Fornecimento e instalação de cerca de 4 fios de arame farpado (mourões a cada 24 m, estacas a cada 6 m).	m	3.100	
-	3	16675	Limpeza da faixa/abertura de aceiro (barreira anti-capivara).	m²	8.900	Sede da Embrapa Meio-Norte, Av. Duque de Caxias, 5650, Bairro Buenos Aires, Teresina/PI
			Desmontagem e remoção de cerca antiga (barreira anti-capivara).	m	4.450	
			Fornecimento e instalação de estacas (Ø ≥ 10 cm, cravação 60 cm, altura livre 1,90 m) — sabiá ou eucalipto tratado em autoclave. (barreira anti-capivara)	m	4.450	
			Fornecimento e instalação de tela tipo mangueirão — malha 3", altura 1,50 m, arame galvanizado BWG 16 ou superior, assentada rente ao solo. (barreira anti-capivara)	m²	6.675	

[1] Os códigos e descrições do CATMAT/CATSER, constantes do Catálogo SIASG, podem eventualmente divergir da descrição dos itens a serem contratados quanto a especificações e outras características; neste caso, ou seja, havendo divergências quanto ao código/descrição do CATMAT/CATSER, valem as especificações detalhadas no Termo de Referência.

4.1. Para o Lote 1, item 1 - Instalação da Nova Cerca (m linear) (mão de obra) da tabela acima, a Embrapa ofertará 1.400 (hum mil e quatrocentos) estacas de sabiá, 34 (trinta e quatro) bolas c/500m de arame farpado (parcial) e 30 (trinta) kg de grampos para execução dos 2.800 metros lineares de cercas de 7 fios de arame. O material é fruto do estoque da Embrapa, mantido sob guarda e de origem de compras anteriores.

4.2. Para os demais itens 2 (lote 1) e 3, os custos estimados incluem toda a mão de obra de Instalação e o fornecimento do material (estacas, mourões, arame, tela, grampo, etc) pela contratada.

4.3. O objeto a ser executado deverá ter as especificações técnicas básicas constantes da tabela acima, do Memorial Descritivo/ETP nº 22/2026 e de suas especificações técnicas detalhadas, partes integrantes deste Termo de Referência.

4.3.1. No preço proposto deverão estar inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxa de administração, frete, seguro, ferramentas, máquinas/tratores e demais insumos necessários ao cumprimento integral do objeto, nos termos do BDI de referência de 22,88%.

4.4. Em todos os dados de características do objeto onde for incluída marca ou fabricante (ex.: catálogos de tela galvanizada, arame farpado), fica subentendida a alternativa "ou similar ou de melhor qualidade", desde que atendidas as especificações técnicas mínimas do memorial (dimensões, malha, bitola, classe de resistência).

4.5. Os itens foram agrupados em LOTE 1 (Itens 1 e 2, Campo Maior/PI) e Item 3, Teresina/PI), tendo em vista que, embora os itens possuam quantitativos e características distintas, os do Lote 1 constituem soluções de cercamento rural convencional na mesma unidade operacional, ao passo que os do Item 3 apresentam solução construtiva, finalidade e materiais substancialmente distintos, justificando lotes separados, nos termos do art. 32 da Lei nº 13.303/2016 (ETP, item 12).

4.6. Não se justifica, para o presente objeto, a exigência de marca e/ou modelo específicos, tratando-se de insumos genéricos e amplamente disponíveis no mercado (madeira tratada, arame galvanizado, tela mangueirão), com especificações técnicas objetivamente definidas no memorial descritivo.

4.7. Para os itens que envolvam fornecimento de madeira nativa (estacas e mourões de sabiá/sansão-do-campo), será exigida a apresentação dos documentos ambientais e fiscais comprobatórios da legalidade da origem do produto (DOF/Sisflora, ou documento equivalente aplicável conforme a origem, espécie e forma de comercialização), e, em caso de utilização de eucalipto, o Certificado de Tratamento em Autoclave sob pressão, com preservativos autorizados pelo IBAMA.

4.6. Não será exigida Carta de Solidariedade do Fabricante, por não se tratar de bem com necessidade de suporte técnico continuado por fabricante específico.

4.7. Não será exigido o envio de amostra, tendo em vista tratar-se de serviço de execução cujas especificações (dimensões, profundidade de cravação, malha da tela, bitola do arame) são objetivamente verificáveis mediante fiscalização em campo e medição.

4.8. Será exigida, do proponente melhor classificado e habilitado, a demonstração de cumprimento dos seguintes requisitos de sustentabilidade ambiental:

a) comprovação de origem legal da madeira nativa utilizada (DOF/Sisflora ou documento equivalente);

b) Certificado de Tratamento em Autoclave, quando utilizado eucalipto;

c) recolhimento e destinação ambientalmente adequada de todo o entulho da cerca antiga (arames velhos, estacas podres, grampos soltos), com comprovação documental de destinação final, nos termos da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);

d) vedação ao uso de queimadas, fogo ou desfolhantes/defensivos químicos na limpeza da faixa de aceiro.

4.8. **Regime especial de fornecimento — Item 1 do Lote 1:** para a execução do Item 1 (Lote 1), a Embrapa fornecerá à Contratada, a partir de estoque próprio da Fazenda Sol Posto, estacas de sabiá, arame farpado parcial e grampos, cabendo à Contratada exclusivamente a mão de obra de instalação e o fornecimento do arame complementar (6 rolos de arame c/500 m), conforme item 9.2 abaixo.

5. MÉTODO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. O objeto deste Termo de Referência será contratado via procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, conforme procedimentos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 (naquilo que não conflitar com a Lei nº 13.303/2016), no seguinte modo de disputa: [x] aberto e fechado;

5.2. O critério de julgamento da melhor proposta será: [x] **o menor preço**, sendo adjudicado ao proponente que apresentar o menor preço por Lote/Item (Lote 1 e Item 3) e que atender aos parâmetros mínimos de qualidade do objeto definidos neste Termo de Referência;

5.3. A fase de apresentação e julgamento das propostas deverá anteceder a fase de habilitação, devendo-se analisar os requisitos de habilitação, obedecendo à ordem crescente de classificação das propostas, apenas do proponente que atender aos parâmetros mínimos de qualidade do objeto definidos neste Termo.

5.4. Confirmados a efetividade da proposta e o atendimento dos requisitos de habilitação, a Embrapa poderá negociar com o proponente no intuito de obter condições mais vantajosas, inclusive quanto ao critério de exequibilidade previsto no item 6.10, "c.3", abaixo.

5.5. As propostas deverão conter, no mínimo, descrição detalhada do objeto (com as informações do item 4), unidade de fornecimento, quantidade cotada, valores unitário/total por lote, local de execução, prazo de execução e prazo de validade da proposta (mínimo de 60 dias).

5.5.1. As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do proponente.

5.5.2. O prazo de validade das propostas apresentadas deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, caso prazo superior não estiver fixado em Edital de licitação.

5.5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

5.5.4. O proponente, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratado, tendo em vista o objeto em questão, poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, conforme disposições contidas no art. 18, §5º-C, VI da Lei Complementar nº 123/2006, desde que observadas as condições fixadas pelo § 1º do art. 17 da mesma Lei.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E REQUISITOS MÍNIMOS DE HABILITAÇÃO

Condições de Participação

6.1. Poderão participar deste processo e apresentar suas propostas os interessados que não estejam impedidos de licitar e celebrar contratos administrativos com a Embrapa.

6.2. Não poderão participar os interessados que tenham sofrido:

a) penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, aplicada na vigência do inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, ou contida no art. 83, inciso III da Lei nº 13.303/2016, desde que aplicada pela Embrapa, e no inciso III do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando aplicada no âmbito da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

b) penalidade de impedimento de licitar e contratar, aplicada na vigência do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ou no artigo 47 da Lei n. 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade da União;

c) penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada na vigência do inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993 e contida no inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, aplicada no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional de todos os entes federativos ou a prevista no artigo 46 da Lei n. 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;

d) penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12, III da Lei n. 8.429/1992.

6.3. Também estarão impedidas de participar deste processo empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos do artigo 38 da Lei nº 12.529/2011, do artigo 10 da Lei 9.605/98, e inciso IV do artigo 33 da Lei nº 12.527/11.

6.4. Também não poderão participar Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum participando do presente processo.

6.5. Não poderão participar, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

6.6. Serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

6.7. A participação de cooperativas no presente processo: [x] será admitida.

6.8. A participação de empresas reunidas em consórcio: [x] não será admitida, tendo em vista que o objeto não apresenta complexidade técnica ou vulto que justifique a soma de capacidades técnicas e financeiras de mais de uma empresa, sendo executável por empresas de porte usual do setor de construção rural.

Consultas a Cadastros

6.9. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do interessado detentor da proposta classificada e para os fins de habilitação, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo ou a futura contratação, será verificado mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores - SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União;

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

6.9.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429/992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.9.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro, ou agente de contratação, diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.9.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.9.1.3. O proponente, conforme o caso, será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.9.2. Constatada a existência de sanção, o proponente será reputado inabilitado por falta de condição de participação.

Requisitos Mínimos de Habilitação

6.10. O proponente melhor classificado deverá apresentar a documentação de acordo com os parâmetros a seguir:

a) documentação jurídica da empresa - Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral no CNPJ;

b) comprovação de qualificação técnica, mediante Atestado(s) de Capacidade Técnica em nome do proponente, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à execução satisfatória de serviços de cercamento rural (arame farpado e/ou tela) similares em características e quantitativos ao objeto deste Termo, admitindo-se a soma de atestados para comprovação do quantitativo mínimo;

c) comprovação de capacidade econômica e financeira, mediante apresentação de, pelo menos:

c.1) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

c.1.1) No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

c.1.2) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

c.1.3) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;

c.1.4) Caso o proponente seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

c.1.5) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um);

c.1.6) As empresas que apresentarem Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou menor que 1 (um) quando da habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

c.1.7) Caso a proponente que apresente resultado igual ou menor que 1 (um) não atenda as condições do item anterior, a qualificação econômico-financeira poderá ser demonstrada, mediante a apresentação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento), podendo o proponente optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro; seguro-garantia; e fiança bancária;

c.2) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

c.3) Critério de exequibilidade: serão consideradas inexequíveis as propostas com valor global ou por lote inferior a 70% do valor de referência constante da Planilha Orçamentária Sintética, sem prejuízo de diligência para comprovação da exequibilidade nos termos do art. 59 da Lei nº 13.303/2016;

d) prova de regularidade fiscal, sendo exigidos, exclusivamente:

d.1) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

d.2) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Disposições Gerais sobre a Habilitação

6.11. Microempresas e empresas de pequeno porte deverão atender a todas as exigências de habilitação previstas neste Termo.

6.12. Para as microempresas e empresas de pequeno porte (nos termos da Lei Complementar nº 123/2006) que tenham alguma restrição, em relação à documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º e seus parágrafos, do Decreto nº 8.538/2015.

6.12.1. Para aplicação do disposto no item 6.12, o prazo para regularização fiscal será contado a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do processo.

6.12.2. A prorrogação do prazo constante do item 6.12 poderá ser concedida, a critério da Embrapa, após requerimento justificado do proponente.

6.12.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à administração convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar o processo de contratação.

6.13. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Termo, considerar-se-á o proponente inabilitado, devendo-se instruir o processo, se for o caso, com vistas a possíveis sanções.

6.14. Caso o documento de habilitação ausente consistir em declaração sobre fato preexistente, poderá ser concedido prazo razoável para o saneamento da falha (Acórdão TCU 988/2022 - Plenário).

6.15. Caso existam dúvidas relacionadas a incertezas e/ou divergências constatadas em propostas de interessados, bem como erros ou falhas em planilhas de preços cuja identificação seja evidente, poderão ser suprimida por meio de diligências.

6.16. Quando se tratar de licitação, o Edital detalhará outras condições de participação porventura aqui não listadas, bem como os documentos de habilitação necessários à comprovação de atendimento aos parâmetros citados.

6.17. A verificação, pela Embrapa, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7. GARANTIAS

Qualidade e Garantia do Objeto

7.1. Os serviços e materiais ofertados deverão ser conforme os padrões usuais de mercado e as especificações técnicas do memorial, permitindo a aferição, pela Embrapa, de seu padrão de qualidade e desempenho (dimensões, profundidade de cravação, malha e bitola da tela e do arame).

7.2. A garantia do objeto é assegurada contra defeitos de fabricação, instalação e/ou funcionamento, responsabilizando-se a Contratada pela substituição, assistência técnica ou reparação do serviço, incluindo a refação de trechos que não atendam à profundidade de cravação ou ao assentamento da tela rente ao solo especificados no memorial.

SERVIÇOS

7.3. O prazo de garantia contratual dos serviços será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, incluindo-se o período de garantia legal do Código de Defesa do Consumidor;

7.4. **GARANTIA DE EXECUÇÃO:** [x] Será exigida a prestação de garantia de execução, correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do lote contratado, podendo o proponente optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, conforme item 3 da Seção II do Anexo I do RLCC.

8. PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1. **O prazo de execução dos serviços será de 90 (noventa) dias corridos**, contado a partir da assinatura do contrato, observado o Cronograma Físico-Financeiro (anexo), com os seguintes marcos de medição: 30, 60 e 90 dias, e o **prazo de vigência do contrato de 120 (cento e vinte) dias**.

8.1.1. Instrumento contratual: Contrato, dispensada a Autorização de Fornecimento/Serviço simplificada, tendo em vista tratar-se de execução continuada por 90 dias e não de entrega imediata e integral.

8.1.2. A vigência contratual poderá ser alterada nos termos do art. 135 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

8.1.3. Caso o atraso na execução decorra de ação ou omissão do CONTRATADO, a prorrogação não prejudicará a abertura de Processo Administrativo de Apuração (PAA), se for o caso.

8.1.4. Caso haja necessidade de prorrogação do prazo de vigência estipulado, o CONTRATADO deverá enviar para o e-mail indicado no instrumento contratual, pedido formal de prorrogação de prazo assinado pelo representante legal da empresa, com os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo e a documentação comprobatória.

8.1.5. Prevê-se cláusula de reequilíbrio de prazo, sem aplicação de penalidade, mediante comprovação formal de caso fortuito ou força maior, incluindo atrasos decorrentes de condições climáticas adversas (período chuvoso).

8.1.6. O processo administrativo de prorrogação deverá observar, ainda, as disposições constantes do item 9 da Seção II (no caso de SERVIÇOS) - do Anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

8.2. Correrão por conta da Contratada todas as despesas acessórias, tais como custos diretos e indiretos, tributos, taxas de administração, materiais (exceto os fornecidos pela Embrapa nos termos do item 4.9), fretes, encargos sociais e limpeza/organização do canteiro de obras.

8.3. Condições específicas de execução e fiscalização:

a) Contratada deverá cumprir as Normas Regulamentadoras NR-06, NR-18 e NR-31, fornecendo e exigindo o uso obrigatório de EPIs adequados ao manuseio de arame farpado, à perfuração de solo e à supressão de vegetação;

b) a fiscalização técnica acompanhará, por amostragem in loco e com registro fotográfico georreferenciado, a profundidade de cravação de mourões e estacas e o assentamento da tela mangueirão rente ao solo, exigindo refação, às custas da Contratada, de trechos em desacordo com o memorial;

c) previamente à fixação definitiva da tela em Teresina/PI, a Contratada deverá promover inspeção visual e afugentamento não violento de eventuais capivaras presentes no perímetro;

d) os materiais retirados da cerca antiga deverão ser recolhidos e depositados em local indicado pela Contratante, vedada a queima ou descarte irregular;

e) para o Item 3 do Lote 1, a Contratada deverá firmar Termo de Recebimento dos materiais fornecidos pela Embrapa (estacas, arame parcial, grampos), responsabilizando-se pela sua guarda e correta aplicação a partir do recebimento.

8.4. As condições gerais de execução do contrato, inclusive quanto ao recebimento e aceitação do objeto são as que constam:

8.4.1. no caso de SERVIÇOS, no item 1 da Seção II do Anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

9. LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA DO OBJETO

9.1. De acordo com a relação de itens (item 4 deste Termo), os serviços serão executados nos seguintes locais:

a) **CAMPO MAIOR/PI** – Unidade Gestora/Gerenciadora: Embrapa Meio-Norte (Lote 1)
Fazenda Sol Posto (Base Física de Campo Maior/PI)
BR – 343, a 6 Km do Centro, Bairro Alto do Meio, Zona Rural
Campo Maior/PI - CEP: 64280-000
Telefones: (86) 99959-9815 ou (86) 3200-1300, ramal 389
E-mail: cpamn.compras@embrapa.br
Horário de Entrega: Segunda à Sexta-feira, exceto feriados, das 08h:00min às 11h:00min e das 14h:00min às 16h30min.

b) **TERESINA/PI** – Unidade Gestora/Gerenciadora: Embrapa Meio-Norte (ITEM 3)
Sede da Embrapa Meio-Norte
Avenida Duque de Caxias 5650, Bairro Buenos Aires
Teresina/PI - CEP 64008-780
Telefones: (86) 99481-1639 ou (86) 3200-1300, ramal 389
E-mail: cpamn.compras@embrapa.br
Horário de Entrega: Segunda à Sexta-feira, exceto feriados, das 08h00 às 11h30 hs e das 14h30 às 17h00.

9.2. Para o Item 1 do Lote 1, o recebimento, pela Contratada, dos materiais fornecidos pela Embrapa (item 4.8) ocorrerá na Fazenda Sol Posto, conforme cronograma a ser definido pela Supervisão do Campo Experimental de Campo Maior/PI.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado por medição, conforme os marcos e percentuais do Cronograma Físico-Financeiro (Anexo) e os quantitativos discriminados na Memória de Cálculo, em até 30 (trinta) dias corridos após a efetiva execução dos serviços de cada etapa, comprovada mediante boletim de medição e "atesto" no documento fiscal correspondente.

10.2. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, em depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pelo Contratado.

10.3. Por ocasião do processamento do pagamento, constatando-se incorreção nos documentos apresentados, especialmente na Nota Fiscal/Fatura discriminativa, estes serão restituídos para as correções pertinentes. O prazo de pagamento será integralmente restituído e somente terá reinício após a entrega dos documentos devidamente sanados, não respondendo a Embrapa por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação.

10.4. A Embrapa promoverá, quando for o caso, a retenção de impostos/taxas/contribuições, na forma da legislação vigente.

10.5. O Contratado deverá enviar para o e-mail indicado no instrumento contratual a declaração a ser apresentada pela pessoa jurídica (original) assinada e com a identificação do representante legal conforme anexo II, III e IV da IN RFB 1234/2012 e suas alterações (se for o caso) que Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços (Art. 6º IN RFB 1234/2012).

10.5.1. Caso não seja apresentada a Declaração citada, será feita a retenção tributária devida.

10.6. O recebimento do equipamento ou material fica condicionado ao prévio envio do arquivo XML pelo fornecedor para o e-mail indicado no instrumento contratual, conforme Cláusula Primeira do Ajuste SINIEF 08/2010.

10.7. Aplica-se, ainda, as condições de pagamento constantes do item 2 da Seção I (no caso de MATERIAIS - compras e fornecimentos) ou no item 5 da Seção II (no caso de SERVIÇOS) do Anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

11. OBRIGAÇÕES DO DESTINATÁRIO DA CONTRATAÇÃO

11.1. Quando a Embrapa convocar o proponente classificado para assinatura do Contrato, ou instrumento equivalente, este deverá fazê-lo em prazo de até 10 (dez) dias úteis prorrogáveis por igual período, a critério da Embrapa. A recusa injustificada do destinatário da contratação em assinar o instrumento contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

11.2. Na hipótese do destinatário da contratação não assinar o Contrato, ou instrumento equivalente, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro proponente poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.3. Sempre que possível, a pedido da Embrapa e conforme suas orientações, o representante legal do destinatário da contratação deverá credenciar-se no Sistema Eletrônico de Informações (SEI Embrapa) para fins de assinatura de Contrato, ou instrumento equivalente, e envio de demais documentos referentes ao processo.

11.3.1. O credenciamento de usuário externo no SEI Embrapa é ato pessoal e intransferível.

11.3.2. O uso do SEI Embrapa possui norma própria cujos termos devem também ser observados pelos usuários externos credenciados.

11.4. Obrigações gerais conforme as condições estabelecidas no item 3 da Seção I (no caso de MATERIAIS - compras e fornecimentos) ou no item 2 da Seção II (no caso de SERVIÇOS) do Anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

11.5. Obrigações especiais:

a) fornecer e instalar, no Item 3, exclusivamente tela tipo mangueirão com malha de 3", altura de 1,50 m e arame galvanizado BWG 16 ou superior, sendo vedada a utilização de tela hexagonal ou de especificação inferior à do memorial técnico;

b) observar, nos Itens 1, 2 e 3, as profundidades mínimas de cravação especificadas no memorial (80 cm para mourões principais, 50 cm para estacas intermediárias, 60 cm para as estacas da barreira anti-capivara);

c) apresentar, antes do início dos serviços, os documentos de comprovação de origem legal da madeira nativa utilizada (DOF/Sisflora), ou Certificado de Tratamento em Autoclave, quando utilizado eucalipto;

d) cumprir integralmente as Normas Regulamentadoras de segurança do trabalho (NR-06, NR-18, NR-31), fornecendo EPIs adequados aos trabalhadores;

e) recolher e destinar ambientalmente os resíduos da cerca antiga, deixando a faixa de trabalho livre de materiais perfurocortantes;

f) para o Item 1 (Lote 1), receber formalmente e aplicar corretamente os materiais fornecidos pela Embrapa (estacas, arame parcial, grampos), complementando com fornecimento próprio de arame farpado na quantidade especificada (6 bolas de arame c/500 m).

12. OBRIGAÇÕES GERAIS DA EMBRAPA

12.1. Gerenciar e fiscalizar o cumprimento do contrato advindo deste processo de contratação, designando fiscais técnicos específicos para o Lote 1 (Campo Maior/PI) e para o Item 3 (Teresina/PI).

12.2. Emitir contrato, ou instrumento equivalente, observando os quantitativos mínimos previstos no item 4 deste Termo.

12.2.1. A homologação do resultado do processo de contratação não implicará direito à contratação.

12.3. Disponibilizar, no prazo definido no cronograma de execução, os materiais de que trata o item 4.9 (estacas, arame parcial e grampos do Item 1, Lote 1), formalizando o respectivo Termo de Recebimento e Entrega com a Contratada.

12.4. Constatada a ocorrência de quaisquer infrações às obrigações assumidas por força deste instrumento, instruir devidamente Processo Administrativo de Apuração (PAA) visando reunir todos os documentos correlatos, apurar irregularidades e, eventualmente, aplicar as sanções administrativas cabíveis, respeitando-se o regular processo administrativo, o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

12.5. Efetuar o pagamento ao Contratado das Notas Fiscais/Fatura, devidamente atestadas, conforme estabelecido no item 10 deste Termo de Referência.

12.5.1. O Contratado somente receberá pagamento pelos quantitativos do objeto por ele efetivamente executados.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Conforme regras estabelecidas no item 6 da Seção II (no caso de SERVIÇOS) do Anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

14. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO - PAA

14.1. Constatada a ocorrência de quaisquer infrações às obrigações assumidas por força deste instrumento, a Embrapa adotará o procedimento de acordo com o Capítulo X do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

15. DEMAIS INFORMAÇÕES

15.1. A Embrapa e interessados reconhecem como válida e plenamente eficaz a contratação por meios eletrônicos e digitais, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

15.2. Os contratos, ou instrumentos equivalente, advindos a partir deste Termo somente poderão ser alterados por acordo escrito entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar.

15.2.1. As hipóteses e condições de alteração contratual são as que constam no item 9 da Seção II (no caso de SERVIÇOS) do Anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

15.3. A ausência de formalização contratual não exonera a Embrapa do dever de indenizar o Contratado pelo que esta houver executado, apurando-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

15.4. O contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, observando-se o disposto no Capítulo VI do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

15.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil da localidade da unidade da Embrapa responsável pelo processo.

15.6. Aplicam-se aos processos de contratação e contratos regidos por este Termo, as normas de direito penal contidas nos arts. 185, 186 e 189 da Lei nº 14.133/2021.

15.6.1. A aplicação das normas de direito penal mencionadas no item anterior não afasta a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846/2013.

15.7. Para dirimir questões relativas ao contrato a ser celebrado a partir deste Termo, fica eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal do Piauí, Subseção de Teresina/PI, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Elaborador

Antonio das Graças Lima Filho
Analista A - SPS e Presidente do GT
Matrícula: 259.935

Francisco Mauro de Sousa
Técnico A, membro e Supervisor do Campo Experimental, em Teresina
Matrícula: 320.448

Francisco Gustavo Carvalho de Sousa
Técnico A, membro e Supervisor da Base Física de Campo Maior
Matrícula: 336.672

Conferente

Nome: Marcos Alceu Silva Melo
Matrícula: 340.802
Cargo: Supervisor SPS/CPAMN

17. APROVAÇÃO MOTIVADA DO TERMO DE REFERÊNCIA

A contratação pretendida está motivada com base nas justificativas, necessidades e condições apresentadas neste Termo. Portanto, com base nas razões técnicas e argumentos apresentados, considerando que este documento orientador foi elaborado de forma conveniente e oportuna para atender demanda deste Centro de Pesquisa e que os objetivos pretendidos estão claros, aprovo o presente Termo de Referência.

Nome da Autoridade Competente pela Aprovação:
Cargo:

18. ANEXOS

18.1. ANEXO I - Matriz de Riscos da Contratação
18.2. ANEXO II - Cronograma de Execução, Fiscalização, Atestamento e Pagamento
18.3. ANEXO III - Instrumento de Medição de Resultados (IMR)
18.4. ANEXO IV - Memorial Descritivo e Especificações Técnicas - Cercas de Campo Maior
18.5. ANEXO V - Memorial Descritivo e Especificações Técnicas - Cercas de Teresina
18.6. ANEXO VI - Planilha Orçamentária - Cercas de Teresina e Campo Maior
18.7. ANEXO VII - Memória de Cálculo
18.8. ANEXO VIII - Composição de Custo Unitário
18.9. ANEXO IX - BDI - Benefícios e Despesas Indiretas
18.10. ANEXO X - Minuta de Termo de Recebimento, Transferência de Custódia e Fiel Depósito de Materiais

ANEXO I (TR) - MATRIZ DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Processo SEI nº: 21188.001396/2026-89
Objeto: Prestação de serviços de execução de cercamento rural na Fazenda Sol Posto (Campo Maior/PI - Lote 1) e barreira perimetral anti-capivara na Sede da Embrapa Meio-Norte (Teresina/PI - Item 3).
Fundamentação: Termo de Referência V1.0 (Lei nº 13.303/2016, Lei nº 14.133/2021 e RLCC da Embrapa).

1. FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Nº	Evento de Risco / Causa / Consequência (Grounded no TR)	Prob.	Impacto	Nível	Ação Preventiva / Contingência (Disposições do TR)	Responsável
1	**Intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) sem Manifestação Ambiental (Item 3)** • *Causa:* Traçado da barreira perimetral ao longo da margem do Rio Poti na sede de Teresina. • *Consequência:* Paralisação dos trabalhos, embargo ambiental e sanções administrativas (Anexo do TR - Nota Técnica 11, Risco 3).	Média	Alto	**Alto**	**Preventiva:** Confirmar junto ao órgão ambiental (SEMAR/IBAMA) a necessidade de licença/autorização para limpeza da faixa e aceiro. **Contingência:** Adequar o cronograma físico-financeiro ou isolar temporariamente o trecho em APP.	Equipe de Planejamento / Setor Ambiental
2	**Avarias ou Extravio de Materiais Fornecidos pela Embrapa (Lote 1 - Item 1)** • *Causa:* Transferência de 1.400 estacas de sabiá, 34 (trinta e quatro) rolos de arame e 30kg de grampos sem controle adequado (item 4.1, 4.8 e 8.3"e"). • *Consequência:* Desperdício do estoque público, atrasos na execução e apuração de responsabilidades.	Média	Médio	**Moderado**	**Preventiva:** Exigir a assinatura formal do Termo de Recebimento de Materiais e transferência de custódia (item 4.8 e 12.3 do TR). **Contingência:** Notificar a contratada para ressarcimento ou reposição dos insumos danificados/extraviados.	Supervisão de Campo Maior / Contratada
3	**Inobservância das Exigências de Origem Legal da Madeira e Sustentabilidade** • *Causa:* Apresentação de insumos de madeira sem comprovação de origem florestal legal. • *Consequência:* Infração ambiental, rejeição dos materiais e inabilitação/rescisão (item 4.7, 4.8 e 11.5"e").	Média	Médio	**Moderado**	**Preventiva:** Exigir a entrega do DOF/Sisflora para madeira nativa (sabiá/sansão) ou Certificado de Autoclave para eucalipto antes do início dos serviços. **Contingência:** Rejeitar a madeira sem documentação e notificar a empresa para substituição imediata.	Fiscal Técnico / Setor Ambiental
4	**Incompatibilidade das Profundidades de Cravação Especificadas no Memorial** • *Causa:* Execução em profundidade inferior à exigida (80cm mourões, 60cm barreira capivara, 50cm estacas intermediárias). • *Consequência:* Instabilidade estrutural do cercamento e tombamento por impacto de animais (item 11.5"b" e 7.2 do TR).	Baixa	Alto	**Moderado**	**Preventiva:** Incluir verificação obrigatória da profundidade de cravação durante as medições de campo. **Contingência:** Exigir a refação integral do trecho irregular às expensas da contratada sob pena de glosa.	Fiscal Técnico

2. FASE DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO)

Nº	Evento de Risco / Causa / Consequência (Grounded no TR)	Prob.	Impacto	Nível	Ação Preventiva / Contingência (Disposições do TR)	Responsável
5	**Apresentação de Proposta Inexequível no Pregão Eletrônico** • *Causa:* Oferta de valores globais ou por lote excessivamente baixos por desconto agressivo. • *Consequência:* Inexecução contratual, abandono da obra ou pedido de reequilíbrio indevido (item 5.4 e 6.10"c.3").	Média	Alto	**Alto**	**Preventiva:** Aplicar o critério objetivo de exequibilidade do TR (propostas inferiores a 70% do valor de referência são presumidamente inexequíveis). **Contingência:** Instaurar diligência para comprovação da exequibilidade nos termos do art. 59 da Lei 13.303/2016 e desclassificar se não comprovada.	Pregoeiro / Equipe de Apoio
6	**Habilitação de Empresa sem Capacidade Econômico-Financeira Adequada** • *Causa:* Fragilidade nos índices contábeis de liquidez ou falta de capital social. • *Consequência:* Paralisação dos serviços por falta de fluxo de caixa da empresa (item 6.10"e").	Baixa	Alto	**Moderado**	**Preventiva:** Exigir índices LG, SG e LC > 1,0 ou patrimônio líquido mínimo de 10%, ou prestação de garantia complementar de 5% (item 6.10"c.1.7"). **Contingência:** Inabilitar a licitante e convocar a próxima classificada na ordem do certame.	Pregoeiro / Comissão de Licitação
7	**Participação de Licitações Impedidas ou Sancionadas** • *Causa:* Cadastro desatualizado ou omissão de sanção no âmbito da União. • *Consequência:* Nulidade dos atos licitatórios ou contratação irregular (item 6.2 a 6.9 do TR).	Baixa	Alto	**Moderado**	**Preventiva:** Realizar consulta obrigatória prévia aos cadastros CEIS, CNEP e SICAF, inclusive para sócio majoritário (item 6.9 e 6.9.1). **Contingência:** Inabilitar de imediato a empresa e instaurar apuração em caso de fraude.	Pregoeiro

3. FASE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL (EXECUÇÃO DO CONTRATO)

Nº	Evento de Risco / Causa / Consequência (Grounded no TR)	Prob.	Impacto	Nível	Ação Preventiva / Contingência (Disposições do TR)	Responsável
8	**Ineficácia do Fechamento Anti-Capivara por Espaços no Solo (Item 3)** • *Causa:* Instalação da tela mangueirão sem assentamento rigorosamente rente ao solo ou em depressões do terreno. • *Consequência:* Entrada de capivaras e danos aos experimentos agrícolas (item 1.1"b", 7.2 e 11.5"a").	Média	Alto	**Alto**	**Preventiva:** Fiscalização contínua exigindo fixação com ganchos de ferro em depressões e vedação de vãos superiores a 3cm (Anexo Item 3, item 5.2). **Contingência:** Rejeição do trecho e notificação para ajuste sob pena de retenção de medição.	Fiscal Técnico (Teresina)
9	**Intercorrências e Maus-Tratos à Fauna Silvestre durante a Instalação (Item 3)** • *Causa:* Presença de capivaras no perímetro durante o fechamento da tela. • *Consequência:* Aprisionamento ou ferimento de animais e penalidades ambientais (item 8.3"e" e Anexo Item 3).	Baixa	Alto	**Moderado**	**Preventiva:** Exigir adoção de procedimentos de afugentamento prévio e não violento da fauna antes do fechamento final dos trechos (item 8.3"e"). **Contingência:** Paralisação imediata da frente de trabalho para soltura assistida de eventual animal aprisionado.	Fiscal Técnico / Contratada
10	**Atrasos na Execução devido a Período Chuvoso Intenso** • *Causa:* Dificuldade de acesso e abertura de aceiro em solo encharcado durante o prazo de 90 dias. • *Consequência:* Atraso nos marcos de medição (30, 60 e 90 dias) e estouro da vigência contratual (item 8.1).	Alta	Médio	**Alto**	**Preventiva:** Prever cláusula expressa de reequilíbrio de prazo sem penalidade por motivo de força maior/chuvas (item 8.1.5 do TR). **Contingência:** Formalização de termo aditivo de prorrogação mediante justificativa comprovada (item 8.1.4).	Gestor do Contrato / Fiscal Técnico
11	**Inobservância das Normas de Segurança e Saúde no Trabalho Rural (NR-06, NR-18 e NR-31)** • *Causa:* Falta de fornecimento/uso de EPIs adequados para manuseio de arame e perfuração de solo. • *Consequência:* Acidentes de trabalho, responsabilização e interrupção das obras (item 8.3"a" e 11.5"d").	Média	Alto	**Alto**	**Preventiva:** Condicionar o início dos serviços à comprovação de fornecimento dos EPIs e cumprimento das NRs (item 8.3"a"). **Contingência:** Paralisação da frente de trabalho irregular e aplicação de sanção administrativa via PAA (item 13 e 14).	Fiscal Técnico
12	**Acúmulo e Descarte Inadequado de Resíduos da Cerca Antiga (PNRS - Lei nº 12.305/2010)** • *Causa:* Abandono de arames velhos, grampos soltos e estacas deterioradas na área de cultivo. • *Consequência:* Acidentes com trabalhadores/animais, degradação ambiental e não recebimento da obra (item 4.8"c", 8.3"d" e 11.5"e").	Média	Médio	**Moderado**	**Preventiva:** Exigir recolhimento e destinação ambientalmente adequada com comprovante documental (item 4.8"c" e 11.5"e"). **Contingência:** Retenção do atesto da medição até a limpeza total da faixa e destinação regular dos resíduos.	Fiscal Técnico
13	**Inadimplemento Contratual e Necessidade de Execução da Garantia (5%)** • *Causa:* Abandono da obra ou recusa injustificada em sanar defeitos apontados. • *Consequência:* Prejuízo ao erário e necessidade de convocação do remanescente (item 7.4 e 11.2).	Baixa	Alto	**Moderado**	**Preventiva:** Exigir prestação de Garantia de Execução de 5% sobre o valor do lote contratado (item 7.4 do TR). **Contingência:** Retenção e execução da garantia contratual, rescisão e instauração de Processo Administrativo de Apuração - PAA (item 14).	Gestor do Contrato / Assessoria Jurídica
14	**Vícios Ocultos ou Defeitos de Instalação dentro do Prazo de Garantia (12 Meses)** • *Causa:* Afrouxamento do arame, desprendimento da tela ou tombo de estacas por falha de cravação. • *Consequência:* Perda da função de vedação e novos custos de manutenção (item 7.2 e 7.3 do TR).	Média	Médio	**Moderado**	**Preventiva:** Exigir garantia contratual mínima de 12 meses a contar do recebimento definitivo (item 7.3). **Contingência:** Notificar a contratada para refação dos trechos com defeito às suas expensas no prazo legal.	Fiscal Técnico / Gestor do Contrato

ANEXO II (TR) - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO, ATESTAMENTO E PAGAMENTO

Item / Descrição do Objeto	Valor Total (R$)	30 Dias (1ª Medição)	60 Dias (2ª Medição)	90 Dias (3ª Medição)	120 Dias (Vigência)
Item 1: Cerca 7 fios - Campo Maior (2.800m)	R$ 0,00	R$ 0,00 (80,00%)	R$ 0,00 (20,00%)	R$ 0,00 (0,00%)	R$ 0,00 (0,00%)
Item 2: Cerca 4 fios - Campo Maior (3.100m)	R$ 0,00	R$ 0,00 (40,00%)	R$ 0,00 (40,00%)	R$ 0,00 (20,00%)	R$ 0,00 (0,00%)
Item 3: Barreira Anti-Capivara - Teresina (4.450m)	R$ 0,00	R$ 0,00 (20,00%)	R$ 0,00 (60,00%)	R$ 0,00 (20,00%)	R$ 0,00 (0,00%)
Valor Faturado na Etapa (R$)	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 78.896,05	R$ 0,00
Percentual Etapa / Acumulado (%)	100,00%	30,80% (30,80%)	51,80% (82,60%)	17,40% (100,00%)	0,00% (100,00%)

FLUXO PROCEDIMENTAL DE FISCALIZAÇÃO, ATESTAMENTO E LIQUIDAÇÃO

Etapa / Marco	Atividades de Execução Física	Ações de Fiscalização e Atestamento Técnico	Procedimento de Pagamento e Liquidação
Mobilização e Início (Dia 0 ao 15)	• Assinatura do Termo de Recebimento de Materiais (1.400 estacas, 34 rolos de arame, 30kg de grampos) para o Item 1/Lote 1. • Apresentação do DOF/Sisflora ou Certificado de Autoclave. • Comprovação de EPIs e atendimento às NRs 06, 18 e 31.	• Designação formal dos Fiscais Técnicos por lote (Campo Maior e Teresina). • Conferência e entrega formal do estoque da Embrapa na Fazenda Sol Posto. • Validação prévia da documentação ambiental dos insumos de madeira.	Sem desembolso financeiro. Abertura do processo de acompanhamento no SEI.
1ª Medição (Dia 30)	• Execução de 80% do Item 1, 40% do Item 2 e 20% do Item 3. • Aceiro de 2,0m (Lote 1) e roçagem do Item 3. • Afugentamento não violento de capivaras em Teresina.	• Inspeção da profundidade de cravação (80cm mourões, 50cm estacas, 60cm barreira). • Verificação do assentamento da tela rente ao solo (sem vãos > 3cm). • Emissão do Boletim de Medição nº 01 (R$ 139.649,65).	• Envio de Nota Fiscal, arquivo XML e Declaração IN RFB 1234/2012. • Atesto técnico no SEI. • Pagamento em até 30 dias corridos via Ordem Bancária.
2ª Medição (Dia 60)	• Conclusão do Item 1 (100%), avanço do Item 2 para 80% e do Item 3 para 80%. • Tensionamento do arame farpado e fixação da tela. • Recolhimento e destinação dos resíduos da cerca antiga.	• Aferição do alinhamento e tensão dos fios. • Fiscalização da destinação ambiental dos resíduos (Lei nº 12.305/2010). • Emissão do Boletim de Medição nº 02 (R$ 234.919,55).	• Processamento da Nota Fiscal de medição intermediária. • Atesto técnico e liquidação orçamentária. • Pagamento em até 30 dias corridos.
3ª Medição e Conclusão (Dia 90)	• Conclusão de 100% dos Itens 2 e 3. • Limpeza final e desmobilização dos canteiros de trabalho em Campo Maior e Teresina.	• Vistoria de recebimento provisório em 100% do percurso. • Verificação da ausência de sobra de materiais ou riscos ambientais. • Emissão do Boletim de Medição Final (R$ 78.896,05) e Termo de Recebimento Provisório.	• Envio da Nota Fiscal final. • Atesto final e pagamento em até 30 dias corridos.
Recebimento Definitivo (Dia 120)	• Manutenção da integridade do cercamento durante o período de observação (30 dias).	• Vistoria final pelo Gestor do Contrato. • Emissão do Termo de Recebimento Definitivo. • Início da garantia técnica de 12 meses contra defeitos de execução.	• Encerramento do contrato no SEI. • Devolução/liberação da Garantia de Execução (5%).

ANEXO III (TR) - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

Objeto: Prestação de serviços de execução de cercamento rural, compreendendo o Lote 1 (cercas convencionais de arame farpado de 7 e 4 fios na Fazenda Sol Posto, em Campo Maior/PI) e o Item 3 (barreira perimetral anti-capivara com tela mangueirão na Sede da Embrapa Meio-Norte, em Teresina/PI).

1. FINALIDADE

O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) tem por objetivo avaliar a qualidade, quantidade, tempestividade, conformidade ambiental e segurança técnica dos serviços de cercamento executados pela CONTRATADA, servindo de base objetiva para a fiscalização da Embrapa atestar as etapas, liberar pagamentos, aplicar glosas proporcionais e avaliar o desempenho contratual, nos termos do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (RLCC).

2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

A avaliação será realizada formalmente pelos Fiscais Técnicos designados pela Embrapa ao final de cada período de medição (30, 60 e 90 dias), mediante a verificação dos seguintes instrumentos:

- **Vistorias e Medições in loco:** Medição trena/GPS dos trechos concluídos e aferição dos padrões construtivos;
- **Relatórios e Registros Fotográficos Georreferenciados:** Comprovação do avanço físico, alinhamento e limpeza dos aceiros;
- **Checklist de Conformidade Técnica:** Verificação da profundidade de cravação (80 cm mourões / 50-60 cm estacas), espaçamento entre estacas (1,0 m no Item 3 / 2,0 m e 6,0 m no Lote 1), tensionamento sem barrigas e assentamento da tela rente ao solo (vãos ≤ 3 cm);
- **Comprovação de Sustentabilidade e Licenciamento:** Entrega de DOF/Sisflora para madeira nativa (sabiá), Certificado de Autoclave para eucalipto e comprovante de destinação adequada dos resíduos das cercas antigas (Lei nº 12.305/2010);
- **Inspeção de Segurança e Guarda de Materiais:** Cumprimento das NRs 06, 18 e 31 (EPIs) e controle do estoque de materiais fornecidos pela Embrapa no Item 1 do Lote 1.

3. INDICADORES DE DESEMPENHO (ID)

Indicador de Desempenho	Critério de Avaliação Técnica	Peso	Escala de Pontuação / Nota
ID1 – Qualidade e Conformidade Técnica	Afere a exatidão da instalação: cravação das estacas (80cm/50cm/60cm), aprumo, alinhamento, tensionamento dos fios de arame e assentamento da tela mangueirão rente ao solo sem frestas (> 3 cm).	0,40	1,0: Total conformidade com o memorial técnico. 0,8: Pequenas falhas sanadas em 48h sem refação estrutural. 0,5: Necessidade de refação parcial de trecho. 0,0: Rejeição do trecho ou uso de especificação inferior.
ID2 – Tempestividade e Prazos	Avalia o cumprimento das metas físicas acumuladas estipuladas no Cronograma Físico-Financeiro nos marcos de 30, 60 e 90 dias.	0,20	1,0: Meta atingida integralmente no prazo. 0,7: Atraso leve (≤ 5 dias) sem comprometer a etapa seguinte. 0,4: Atraso moderado (6 a 15 dias). 0,0: Atraso crítico (> 15 dias sem justificativa legal).
ID3 – Sustentabilidade e Resíduos	Avalia a comprovação legal da madeira (DOF/Sisflora ou Autoclave), afugentamento não violento da fauna (capivaras), vedação de queimadas/herbicidas e destinação ambiental dos resíduos da cerca antiga.	0,20	1,0: 100% documentado e aceiro limpo. 0,8: Pendência documental menor sanada em até 48h. 0,5: Presença de resíduos soltos no aceiro. 0,0: Ausência de DOF/Autoclave ou descarte irregular.
ID4 – Segurança e Gestão de Materiais	Avalia o uso obrigatório de EPIs (NR-06, NR-18, NR-31), organização da obra, ausência de perfurocortantes soltos e guarda/aplicação correta dos insumos cedidos pela Embrapa (Lote 1, Item 1).	0,10	1,0: Cumprimento integral das NRs e acervo preservado. 0,8: Falha pontual de EPI sanada imediatamente. 0,5: Desorganização da frente de trabalho. 0,0: Infração de segurança grave ou dano a insumo Embrapa.
ID5 – Atendimento e Presteza	Avalia a presteza no atendimento às notificações da fiscalização, presença de preposto em campo e atendimento aos chamados em até 24 horas.	0,10	1,0: Atendimento imediato e excelente comunicação. 0,8: Atendimento satisfatório dentro de 24 horas. 0,5: Resposta intempestiva com reiteração. 0,0: Recusa ou omissão ao chamado da fiscalização.

4. FÓRMULA DE CÁLCULO E REGRAS DE PAGAMENTO / GLOSA

O cálculo do IMR final da etapa de medição é obtido pela média ponderada das notas atribuídas aos indicadores:

IMR Final = (ID1 × 0,40) + (ID2 × 0,20) + (ID3 × 0,20) + (ID4 × 0,10) + (ID5 × 0,10)

Faixa do IMR	Avaliação do Desempenho	Efeito Financeiro e Administrativo no Pagamento
IMR ≥ 0,80	Desempenho Satisfatório / Excelente	Atesto do Boletim de Medição e liberação de 100% do valor medido na etapa.
0,70 ≤ IMR < 0,80	Desempenho Aceitável com Restrições	Pagamento integral do valor medido com emissão de Alerta Formal e prazo de 5 dias para correção das pendências apontadas.
0,50 ≤ IMR < 0,70	Desempenho Insatisfatório	Atesto parcial com Glosa Proporcional de 10% sobre o valor da medição da etapa. Exigência de correção imediata sem prejuízo das sanções contratuais.
IMR < 0,50	Desempenho Crítico / Inaceitável	Rejeição total da medição da etapa, não pagamento dos serviços até refação completa e abertura imediata de Processo Administrativo de Apuração (PAA).

5. TABELA DE AVALIAÇÃO CONSOLIDADA (MODELO DE PREENCHIMENTO SEI)

Indicador	Critério Síntese	Peso	Nota Atribuída (0 a 1)	Resultado Ponderado
ID1 – Qualidade Técnica	Cravação, aprumo, tensionamento e tela rente ao solo	0,40	[ ]	ID1 × 0,40
ID2 – Tempestividade	Cumprimento do cronograma físico (30, 60, 90 dias)	0,20	[ ]	ID2 × 0,20
ID3 – Sustentabilidade	DOF/Autoclave, fauna, aceiros e resíduos recolhidos	0,20	[ ]	ID3 × 0,20
ID4 – Segurança e Insumos	EPIs, NRs 06/18/31 e guarda de materiais da Embrapa	0,10	[ ]	ID4 × 0,10
ID5 – Atendimento	Presteza, preposto em campo e atendimento em 24h	0,10	[ ]	ID5 × 0,10
IMR FINAL CONSOLIDADO:			[ ]	[Somatório]

Local e Data: _____, _____ de _____ de 2026.

_____
Fiscal Técnico do Contrato - Embrapa Meio-Norte
Matrícula:

_____
Preposto / Representante Legal da Contratada
CPF/CNPJ:

ANEXO IV (TR) - MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
CONSTRUÇÃO DE CERCAS DE ARAME FARPADO — LOTE 1
BASE FÍSICA DE CAMPO MAIOR/PI (FAZENDA SOL POSTO) — 5.900 METROS

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução, com fornecimento de materiais (parcial, conforme item 6 deste memorial), mão de obra, ferramentas e equipamentos, dos serviços de implantação de cercas rurais convencionais de arame farpado na Base Física de Campo Maior/PI (Fazenda Sol Posto), unidade operacional da Embrapa Meio-Norte, compreendendo dois itens tecnicamente individualizados:

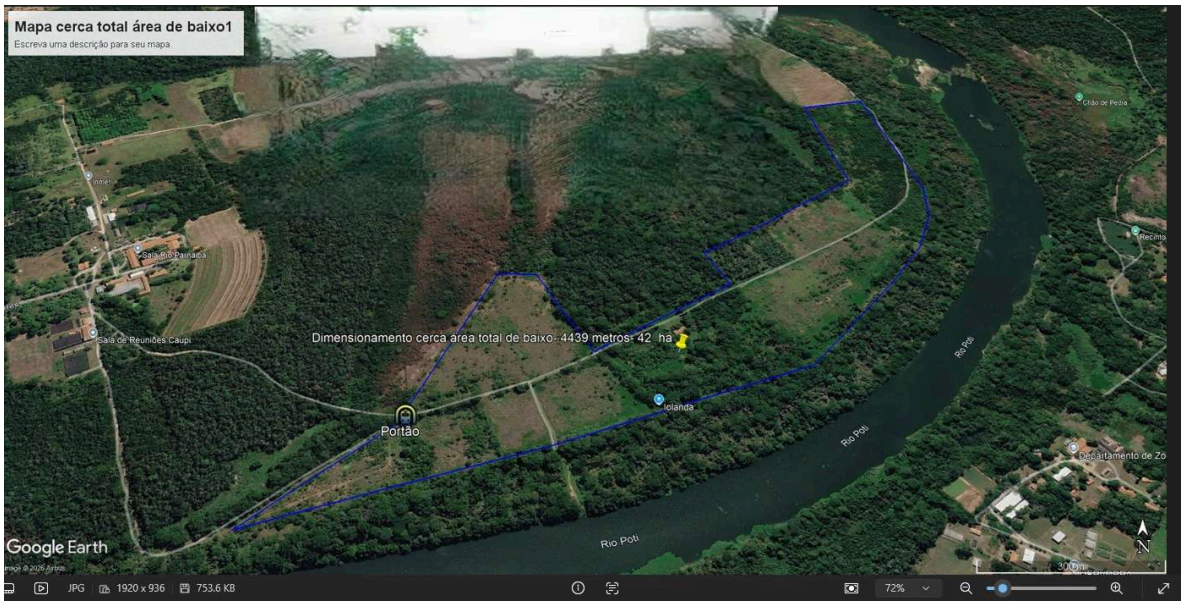
Item 1 — cerca de 7 (sete) fios de arame farpado, com 2.800 metros de extensão;
Item 2 — cerca de 4 (quatro) fios de arame farpado, com 3.100 metros de extensão;

ambos destinados à contenção de rebanho bovino de grande porte (ex.: raças Nelore e Curraleiro Pé Duro). Este memorial integra o Termo de Referência como anexo técnico do Lote 1 e vincula a Contratada em todos os seus termos, prevalecendo sobre práticas usuais de mercado no que for mais restritivo.

2. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Área objeto: Fazenda Sol Posto, Base Física de Campo Maior/PI, unidade operacional da Embrapa Meio-Norte.
Extensão total: 5.900 metros lineares, divididos em Item 1 (2.800 m) e Item 2 (3.100 m), conforme croqui georreferenciado anexo ao ETP nº 22/2026, fig. abaixo.
Condições locais: terreno de uso pecuário, com desníveis que exigem acompanhamento do relevo pela linha de estacas, mantendo a mesma altura em relação ao solo (item 5).
A Contratada deverá vistoriar previamente o local, não sendo admitida, após a apresentação da proposta, alegação de desconhecimento das condições de acesso, topografia, vegetação ou natureza do solo.

Figura 1. CROQUI DAS CERCAS A SEREM FEITAS



3. ESCOPO DOS SERVIÇOS

3.1. Item 1 — Cerca de 7 fios (2.800 m)

- Aceiro e limpeza: retirada dos vestígios da cerca velha (estacas, arame) e abertura de aceiro de 2 m para cada lado do alinhamento (11.200 m² de faixa).
- Estacas e mourões: cravação de mourões principais a cada 20 m (perfuração/cravação mínima de 80 cm) e estacas intermediárias a cada 2 m (cravação mínima de 50 cm), observado o regime de fornecimento do item 6 deste memorial.
- Arame e fixação: tensionamento de 7 fios de arame farpado galvanizado (mínimo 350 kgf), fixados com grampos galvanizados 1x9 ou 7/8" x 12, dispensados esticadores.
- Distribuição dos fios, contada a partir do solo: 1º a 20 cm; 2º a 40 cm; 3º a 60 cm; 4º a 80 cm; 5º a 100 cm; 6º a 120 cm; 7º a 140 cm.

3.2. Item 2 — Cerca de 4 fios (3.100 m)

- Aceiro e limpeza: abertura de 1 m de faixa em toda a extensão da cerca.
- Estacas e mourões: fornecimento integral, pela Contratada, e cravação de mourões a cada 24 m (fixados a 80 cm de profundidade) e estacas intermediárias a cada 6 m (fixadas a 50 cm de profundidade).
- Arame e fixação: tensionamento de 4 fios de arame farpado galvanizado (mínimo 350 kgf), fixação com grampos galvanizados.
- Distribuição dos fios, contada a partir do solo: 30 cm, 60 cm, 90 cm e 130 cm.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS

4.1. Mourões principais (cerca de 4 fios)

- Madeira roliça de sabiá (*Mimosa caesalpiniifolia*) ou eucalipto tratado em autoclave por processo CCA ou CCB, diâmetro mínimo de 11 cm.
- Cravação mínima de 80 cm no solo, com espaçamento de 20 m (Item 1) ou 24 m (Item 2).
- Origem legal comprovada mediante Documento de Origem Florestal (DOF/Sisflora) ou documento equivalente, para madeira nativa; Certificado de Tratamento em Autoclave, para eucalipto.

4.2. Estacas intermediárias

- Mesma espécie e tratamento do item 4.1, diâmetro mínimo de 11 cm.
- Cravação mínima de 50 cm no solo, com espaçamento de 2 m (Item 1) ou 6 m (Item 2).
- No item 1, correspondem às 1.400 unidades fornecidas pela Embrapa nos termos do item 6 deste memorial.

4.3. Arame farpado

- Arame farpado galvanizado, bitola 16 BWG (Ø 1,65 mm) ou superior, resistência mínima de 350 kgf, camada de zinco leve/pesada.
- Item 1: 7 fios ao longo de 2.800 m (19.600 m lineares de arame); Item 2: 4 fios ao longo de 3.100 m (12.400 m lineares de arame).
- Não será aceito arame com oxidação, emendas mal executadas ou bitola inferior à especificada.

4.4. Elementos de fixação

- Grampos para cerca galvanizados, dimensões 1x9 ou 7/8" x 12.
- Fixação de cada fio de arame em cada mourão/estaca com, no mínimo, 1 grampo por fio.
- Não será admitido o uso de pregos comuns, arame recozido ou improvisações em substituição aos grampos especificados.

5. ESPECIFICAÇÕES DE EXECUÇÃO

- **Cravação:** mourões principais a 80 cm e estacas intermediárias a 50 cm de profundidade; nos desníveis, a cerca deve seguir o relevo, mantendo a mesma altura da estaca em relação ao solo.
- **Escoras:** nas curvas, cantos e finais de cerca, deverá ser prevista escora para o correto tensionamento dos arames.
- **Tensionamento:** fixação executada apenas com grampos, sem necessidade de esticadores mecânicos.
- **Critério de aceitação:** serão rejeitados trechos com estacas fora de prumo, arame frouxo (barriga) ou distribuição de fios em desacordo com o item 3.

6. REGIME DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS — Item 1

Conforme o ETP nº 22/2026 (item 11.1) e o Mapa de Riscos (Revisão 02, Risco 8), a Embrapa fornecerá à Contratada, a partir de estoque próprio da Fazenda Sol Posto, os seguintes materiais para a execução da cerca de 7 fios:

- 1.400 (mil e quatrocentas) estacas de madeira de sabiá;
- 34 (trinta e quatro) rolos ("bolas") de 500 metros de arame farpado galvanizado;
- 30 (trinta) kg de grampos para cerca.

Caberá à Contratada:

- fornecer o arame farpado complementar necessário para completar os 7 fios em toda a extensão de 2.800 m, no montante mínimo de 6 (seis) rolos de arame c/500 m, conforme quantitativo do Termo de Referência (item 4, linha 4);
- fornecer a mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários à instalação.

No Item 2 (cerca de 4 fios), a Contratada fornecerá a integralidade dos materiais e da mão de obra, inexistindo, para este item, fornecimento de materiais pela Embrapa.

A entrega dos materiais de que trata este item será formalizada mediante Termo de Recebimento firmado entre a Contratada e a Supervisão do Campo Experimental de Campo Maior/PI, conforme cronograma a ser definido antes do início da execução. A Contratada responderá pela guarda e pela correta aplicação dos materiais recebidos, comunicando de imediato eventual insuficiência de estoque, para as providências do item 12 (Notas Técnicas).

7. TABELA 1 — RELAÇÃO DE MATERIAIS

Item	Discriminação	Unid.	Quant. p/ Cerca 7 fios	Quant. p/ Cerca 4 fios	Fornecedor
1	Mourão principal (sabiá ou eucalipto tratado, Ø ≥ 11 cm, cravação 80 cm)	un	—	≈ 130	Contratada
2	Estaca intermediária (sabiá ou eucalipto tratado, Ø ≥ 11 cm, cravação 50 cm)	un	—	≈ 517	Embrapa: 1400 estacas (cerca 7 fios) / Contratada (Cerca 4 fios)
3	Arame farpado galvanizado 16 BWG, 350 kgf mín.	m	19.600 (7 fios)	12.400 (4 fios)	Embrapa: 34 rolos + Contratada: compl. mín. 6 (seis) bolas de arame c/500 m (cerca 7 fios); Contratada integral (cerca 4 fios)
4	Grampo galvanizado 1x9 / 7/8" x 12	kg	—	≈ 30	Embrapa: 30 kg (cerca 7 fios); Contratada (cerca 4 fios)

As quantidades de mourões e estacas intermediárias das colunas "Quant. Cerca 7 fios" e "Quant. Cerca 4 fios" são estimativas referenciais, calculadas pela extensão de cada tipo de cerca dividida pelo espaçamento especificado no item 3; devem ser confirmadas por levantamento em campo antes da licitação, de modo semelhante ao praticado no memorial do Item 3.

8. TABELA 2 — RELAÇÃO DE SERVIÇOS

Item	Discriminação do serviço	Unid.	Quant.	Critério de medição
1	Limpeza e abertura de aceiro (2 m de cada lado) — Item 1	m²	11.200	Medição por área efetivamente limpa e aceirada
2	Desmontagem e remoção de cerca antiga — Item 1	m	2.800	Medição por metro linear de cerca velha removido
3	Cravação de mourões principais e estacas intermediárias — Item 1	un	≈ 1.541	Medição por unidade instalada, aprumada e aceita
4	Fornecimento complementar e instalação/tensionamento de arame farpado (7 fios), com fixação — Item 1	m	2.800	Medição por metro linear concluído e tensionado
5	Limpeza da faixa de terreno (1 m) — Item 2	m²	3.100	Medição por área efetivamente limpa
6	Fornecimento e cravação de mourões e estacas intermediárias — Item 2	un	≈ 647	Medição por unidade instalada, aprumada e aceita
7	Fornecimento e instalação/tensionamento de arame farpado (4 fios), com fixação — Item 2	m	3.100	Medição por metro linear concluído e tensionado

9. ACEIRO, LIMPEZA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS

Concluída a montagem, toda a extensão da obra deverá apresentar aceiro limpo, isento de vegetação, restos de roçagem, tocos e material combustível acumulado.
Os materiais retirados da cerca antiga do Item 1 serão recolhidos de forma organizada, separados entre madeira e metal, e depositados no local previamente determinado pela Contratante dentro do estabelecimento (Fazenda Sol Posto).
A área deverá ser entregue totalmente livre de detritos, grampos antigos, arames soltos, pontas cortantes ou restos de madeira, sob pena de não recebimento da obra.

10. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Os serviços serão medidos conforme os critérios da Tabela 2, aplicados sobre as quantidades efetivamente executadas e aceitas pela fiscalização.
No Item 1, o pagamento remunera exclusivamente a mão de obra de instalação e o arame complementar efetivamente fornecido pela Contratada, não incluindo o valor dos materiais fornecidos pela Embrapa (item 6).
Quantitativos são estimativos: eventuais acréscimos ou supressões decorrentes do levantamento definitivo serão ajustados por medição, respeitados os limites contratuais e legais de alteração.
Não serão pagos trechos executados fora do alinhamento aprovado ou em desacordo com este memorial.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONDIÇÕES GERAIS

- Fornecer todo o material não abrangido pelo item 6, ferramental, equipamentos, transporte, alimentação e alojamento de sua equipe, quando aplicável.
- Fornecer e exigir o uso de equipamentos de proteção individual adequados, observando as Normas Regulamentadoras aplicáveis, notadamente NR-06, NR-18 e NR-31.
- Responder por danos causados a terceiros, a benfeitorias, a culturas implantadas e ao meio ambiente durante a execução.
- Garantir os serviços executados contra defeitos de instalação pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo, refazendo às suas expensas os trechos que apresentarem afrouxamento, tombamento de estacas ou desprendimento do arame por falha de execução.
- Submeter-se à fiscalização, que poderá determinar a substituição de materiais e o refazimento de serviços em desacordo com este memorial.
- Receber formalmente os materiais fornecidos pela Embrapa (item 6), mediante Termo de Recebimento, responsabilizando-se pela sua guarda e correta aplicação.

ANEXO V (TR) - MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
IMPLANTAÇÃO DE CERCA PERIMETRAL COM TELA TIPO MANGUEIRÃO — ITEM 3
SEDE DA EMBRAPA MEIO-NORTE, TERESINA/PI — 4.450 METROS

1. OBJETO

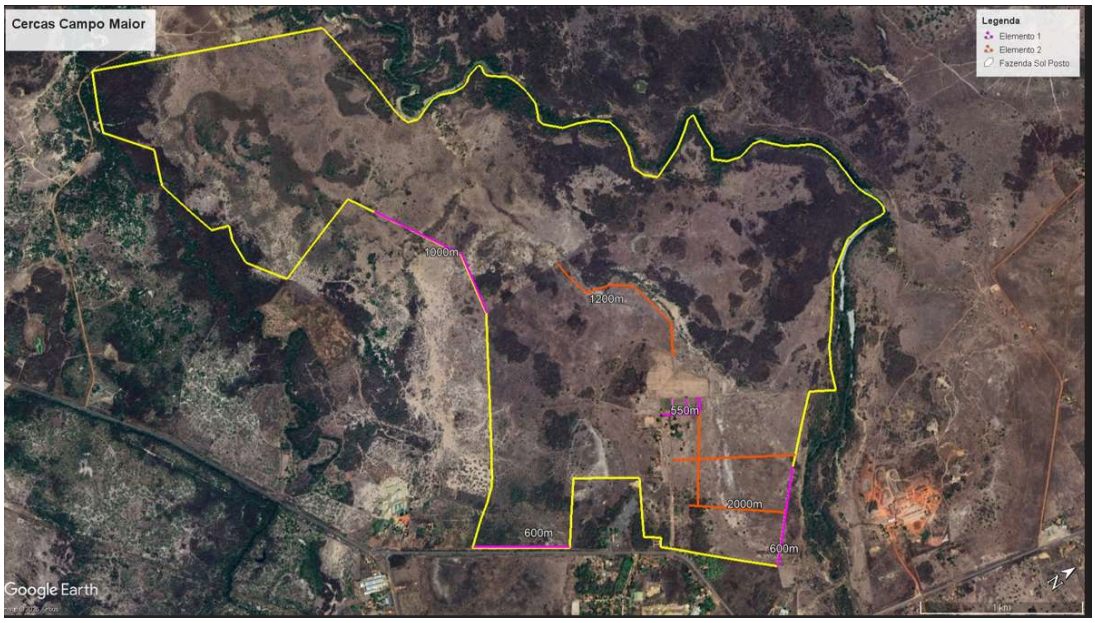
Contratação de empresa ou profissional especializado para execução, com fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos, dos serviços de remoção integral da cerca perimetral preexistente e de implantação de nova cerca perimetral de proteção, com 4.450 metros de extensão, em tela tipo mangueirão sobre estacas de madeira, destinada especificamente a impedir o acesso de capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*) e de outros animais silvestres de porte semelhante às áreas de cultivo agrícola, correspondendo ao Item 3.

Este memorial integra o Termo de Referência como anexo técnico do Item 3 e vincula a Contratada em todos os seus termos, prevalecendo sobre práticas usuais de mercado no que for mais restritivo.

2. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Área objeto: gleba denominada "área total de baixo", com aproximadamente 42 hectares, situada em terreno de baixada às margens do Rio Poti, conforme mapa georreferenciado, figura 2, abaixo.
Perímetro projetado: 4.450 metros (o levantamento em imagem de satélite indica 4.439 metros; adota-se 4.450 metros como quantitativo de referência, absorvendo acréscimos de cantos, curvas e travamentos).
Condições locais: terreno com relevo suave, presença de vegetação rasteira e arbustiva, trechos de solo arenoso junto ao curso d'água e possibilidade de alagamento sazonal.
A Contratada deverá vistoriar previamente o local, não sendo admitida, após a apresentação da proposta, alegação de desconhecimento das condições de acesso, topografia, vegetação ou natureza do solo.

Figura 2. CROQUI DAS CERCAS A SEREM FEITAS



3. ESCOPO DOS SERVIÇOS

O escopo compreende a execução integral e sequencial das seguintes etapas:

- **Locação e alinhamento:** marcação prévia do eixo da cerca, dos vértices e dos pontos de travamento, submetida à aprovação da fiscalização antes do início da cravação.
- **Limpeza e preparação:** roçagem e limpeza da faixa de implantação em toda a extensão linear da obra, com retirada de vegetação, tocos, raízes superficiais e obstáculos que impeçam o assentamento das estacas ou o contato da tela com o solo.
- **Desmontagem:** arrancamento, remoção, recolhimento e transporte interno de todos os componentes da cerca velha existente (mourões, arames, grampos e acessórios).
- **Implantação:** fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos para assentamento das estacas, instalação, alinhamento, tensionamento e fixação da tela e dos elementos de travamento.
- **Aceiro, limpeza final e destinação dos resíduos,** nos termos do item 8.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS

4.1. Estacas (mourões intermediários)

- Madeira de sabiá (*Mimosa caesalpiniifolia*) ou eucalipto tratado em autoclave por processo CCA ou CCB, com comprovação do tratamento mediante nota fiscal e certificado do fornecedor.
- Comprimento total de 2,50 m e diâmetro mínimo de 10 cm medido na seção mais fina da peça.
- Peças retilíneas, descascadas, isentas de rachaduras passantes, apodrecimento, nós soltos ou ataque de insetos xilófagos.
- A madeira deverá ter origem legal comprovada, com apresentação do Documento de Origem Florestal (DOF) ou documento equivalente exigido pela legislação ambiental aplicável.

4.2. Mourões de canto, de mudança de direção e de esticamento

- Mesmas espécies e tratamento do item 4.1, com diâmetro mínimo de 15 cm e comprimento de 2,50 m, cravados a 80 cm de profundidade.
- Cada mourão de canto ou de esticamento receberá 2 escoras (rabichos) de no mínimo 10 cm de diâmetro e 2,00 m de comprimento, fixadas em ângulo aproximado de 45°.
- Deverá ser previsto conjunto de esticamento a cada 200 m de trecho retilíneo, no mínimo.

4.3. Tela de fechamento

- Tela tipo mangueirão, malha de 3 polegadas, altura total de 1,50 m, fabricada em arame de aço galvanizado BWG 16 ou superior (diâmetro nominal igual ou maior que 1,65 mm), com revestimento de zinco por imersão a quente e uniforme em toda a superfície.
- Fornecimento em rolos fechados de 50 metros, lacrados e identificados com marca do fabricante, bitola do arame, abertura de malha e altura.
- Não será aceita tela com oxidação, amassamento, fios rompidos, soldas ou torções desfeitas, nem tela de bitola inferior à especificada.
- A fiscalização poderá exigir laudo ou certificado do fabricante que comprove a bitola e a camada de zincagem do arame empregado.

Alerta de conformidade (Mapa de Riscos, Risco 6 — Crítico): a especificação acima é a única tecnicamente válida para este objeto. A Equipe de Planejamento deve assegurar que a composição de custo unitário e a planilha orçamentária que instruem a licitação não utilizem, por engano, referência de "tela hexagonal para alambrado" (ex.: SINAPI 106464/insumo 10931), que é tecnicamente inadequada para conter capivaras.

4.4. Elementos de fixação

- Grampos para cerca galvanizados nas dimensões 7/8" x 12, aplicados em quantidade mínima de 4 unidades por estaca intermediária, distribuídos uniformemente ao longo dos 1,50 m de altura da tela, de modo a ancorar os fios horizontais principais.
- Nos mourões de canto e de esticamento, a fixação será reforçada com no mínimo 6 grampos por peça.
- Não será admitido o uso de pregos comuns, arame recozido ou improvisações em substituição aos grampos especificados.

5. ESPECIFICAÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. Assentamento das estacas

- Instalação por furação ou cravação, em profundidade de 60 cm para as estacas intermediárias, com socamento em camadas do material de reaterro, garantindo estabilidade contra o impacto e o empurrão dos animais.
- Distância máxima de 1,00 metro entre os eixos de duas estacas consecutivas.
- Altura aérea residual visível de exatamente 1,90 metro, com tolerância de ± 3 cm.
- Desvio máximo de prumo de 2° e desvio máximo de alinhamento horizontal de 3 cm em relação ao eixo locado.

5.2. Instalação, nivelamento e tensionamento da tela

- A tela deverá acompanhar fielmente a topografia e o nivelamento natural do terreno, sem cortes desnecessários.
- A extremidade inferior da tela deve ser posicionada rigorosamente rente ao solo, sem espaçamentos, vãos ou frestas, de modo a anular qualquer possibilidade de passagem, escavação ou forçamento por baixo da barreira.
- Em depressões, valas naturais e trechos de solo mole, a tela será rebaixada, ajustada ao perfil do terreno e fixada ao solo com ganchos de ferro, não se admitindo vãos superiores a 3 cm.
- O tensionamento deverá ser executado com equipamento apropriado (esticador mecânico ou catraca), de forma progressiva e uniforme, sem deformar a malha e sem deixar folgas ou barrigas no pano da tela.
- As emendas entre rolos serão feitas por sobreposição mínima de 10 cm, amarradas com arame galvanizado de mesma qualidade, em pelo menos 5 pontos distribuídos na altura, e sempre posicionadas junto a uma estaca.
- Altura útil final de proteção, contada a partir do nível do solo, de exatamente 1,50 metro.

5.3. Critério de aceitação

Serão rejeitados os trechos que apresentarem folga na tela que permita deslocamento vertical superior a 5 cm sob esforço manual, vãos junto ao solo, estacas soltas ou fora de prumo, grampeamento incompleto ou emendas fora de estaca. A correção correrá integralmente às expensas da Contratada.

6. TABELA 1 — RELAÇÃO DE MATERIAIS

Item	Discriminação	Unid.	Quant.	Observações / memória de cálculo
1	Estaca (mourão intermediário) de madeira de sabiá ou eucalipto tratado em autoclave (CCA/CCB), comprimento total 2,50 m e diâmetro mínimo de 10 cm	un	4.450	Espaçamento de 1,00 m entre eixos; cravação de 60 cm; altura aérea de 1,90 m
2	Mourão de canto, de mudança de direção e de esticamento, comprimento 2,50 m e diâmetro mínimo de 15 cm	un	40	Quantidade estimada — ajustar conforme o número de vértices do polígono levantado em campo
3	Escora (rabicho) de madeira, comprimento 2,00 m e diâmetro mínimo de 10 cm	un	80	2 escoras por mourão de canto/esticamento
4	Tela tipo mangueirão, malha 3", altura 1,50 m, arame de aço galvanizado BWG 16 ou superior, em rolos fechados de 50 m	rolo	89	Equivale a 4.450 m lineares; rolos lacrados e identificados pelo fabricante
5	Grampo para cerca galvanizado 7/8" x 12	kg	55	4 grampos por estaca intermediária (17.800 un); rendimento de referência ≈ 320 un/kg
6	Gancho/estaca de fixação da tela ao solo (ferro Ø 8 mm, 40 cm, formato "U")	un	450	Trechos de solo arenoso/mole; 1 a cada 10 m — item complementar recomendado.

7. TABELA 2 — RELAÇÃO DE SERVIÇOS

Item	Discriminação do serviço	Unid.	Quant.	Critério de medição
1	Limpeza e roçagem da faixa de implantação e execução de aceiro de 1,00 m de cada lado do eixo da cerca (faixa total de 2,00 m), com remoção de vegetação, tocos e obstáculos	m²	8.900	4.450 m × 2,00 m; medição por área efetivamente limpa e aceirada
2	Arrancamento, remoção, recolhimento e transporte de toda a estrutura da cerca preexistente (mourões, arames, grampos e acessórios) até o local de depósito indicado pela Contratante	m	4.450	Medição por metro linear de cerca velha efetivamente removido
3	Locação e alinhamento topográfico do perímetro, com marcação prévia dos eixos e vértices	m	4.450	Aprovação do alinhamento pela fiscalização antes da cravação
4	Abertura de cova ou cravação e assentamento das estacas intermediárias, com socamento e aprumo (profundidade de 60 cm)	un	4.450	Medição por unidade instalada, aprumada e aceita

Item	Discriminação do serviço	Unid.	Quant.	Critério de medição
5	Instalação e tensionamento de tela tipo mangueirão (malha 3", altura 1,50 m, arame galvanizado BWG 16 ou superior), incluindo desenrolamento, alinhamento, esticamento, grampeamento e emendas	m	4.450	Medição por metro linear concluído, tensionado e rente ao solo
6	Execução de conjunto de canto/esticamento: assentamento de mourão reforçado, escoras, travamento e ancoragem	cj	40	Quantidade estimada, vinculada ao item 2 da tabela de materiais
7	Limpeza final da obra e destinação organizada dos resíduos no local determinado pela Contratante	vb	1	Condição para o recebimento definitivo

8. ACEIRO, LIMPEZA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS

Concluída a montagem, toda a extensão da obra deverá apresentar aceiro limpo de 1,00 metro de cada lado da cerca, totalizando faixa de 2,00 metros de largura e 8.900 m² de área.
O aceiro deverá estar isento de vegetação, restos de roçagem, tocos e material combustível acumulado.
Os materiais retirados da cerca antiga serão recolhidos de forma organizada, separados entre madeira e metal, e depositados no local previamente determinado pela Contratante dentro do estabelecimento.
A área de cultivo deverá ser entregue totalmente livre de detritos, grampos antigos, arames soltos, pontas cortantes ou restos de madeira, sob pena de não recebimento da obra.

9. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Os serviços serão medidos conforme os critérios da Tabela 2, aplicados sobre as quantidades efetivamente executadas e aceitas pela fiscalização.
O metro linear de cerca instalada remunera todas as operações necessárias à sua conclusão, incluindo materiais de consumo, emendas, amarrações, transporte interno e mão de obra, ainda que não expressamente discriminadas.
Quantitativos são estimativos: eventuais acréscimos ou supressões decorrentes do levantamento definitivo do perímetro serão ajustados por medição, respeitados os limites contratuais e legais de alteração.
Não serão pagos trechos executados fora do alinhamento aprovado ou em desacordo com este memorial.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONDIÇÕES GERAIS

- Fornecer todo o material, ferramental, equipamentos, transporte, alimentação e alojamento de sua equipe, quando aplicável.
- Fornecer e exigir o uso de equipamentos de proteção individual adequados e observar as normas de segurança e saúde no trabalho rural aplicáveis, notadamente a NR-31.
- Responder por danos causados a terceiros, a benfeitorias, a culturas implantadas e ao meio ambiente durante a execução.
- Adotar medidas de proteção à fauna, sendo vedada a captura, o abate ou a agressão a animais silvestres, inclusive capivaras, durante os trabalhos.
- Garantir os serviços executados contra defeitos de instalação pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo, refazendo às suas expensas os trechos que apresentarem afrouxamento, tombamento de estacas ou desprendimento da tela por falha de execução.
- Submeter-se à fiscalização, que poderá determinar a substituição de materiais e o refazimento de serviços em desacordo com este memorial.

ANEXO VI (TR) - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - CERCAS DE TERESINA E CAMPO MAIOR

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
E/F.: EMBRAPA MEIO NORTE
ENDEREÇO: AV. DUQUE DE CAXIAS, 5650 - BAIRRO BUENOS AIRES - TERESINA – PI
CONSTRUÇÃO DE CERCA EM TERESINA E CAMPO MAIOR

DESCONTO: 0,00% BDI: 22,88% CONTRATO:
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA — REVISÃO: 04 — BASE: SINAPI AGOSTO 2026 / NÃO DESONERADO - PI

Item	Fonte	Código	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit R$	Valor Unit. com Desconto R$	Valor Unit. com BDI R$	Total com BDI R$
1.0			**ITEM 1 - CONSTRUCAO DE CERCA 7 FIOS - CAMPO MAIOR**						
1.1	SINAPI	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	M2	11200,00				
1.2	CPU	COMP.001	REMOÇÃO DE CERCAS	M	2800,00				
1.3	CPU	COMP.002	CERCA — INSTALAÇÃO DE ESTACAS DE MADEIRA ROLIÇA, DIÂMETRO 11CM, ESPAÇAMENTO DE 2 M, ALTURA LIVRE DE 1,7M, CRAVADOS 0,5M (EXCETO FORNEC. DE ARAME, GRAMPO E ESTACA).	M	2800,00				
1.4	CPU	COMP.003	FORNECIMENTO DE ARAME FARPADO COMPLEMENTAR - ROLO DE ARAME COM 500M	UND	6,00				
2.0			**ITEM 2 - CONSTRUCAO DE CERCA 4 FIOS - CAMPO MAIOR**						
2.1	SINAPI	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	M2	3100,00				
2.2	CPU	COMP.004	CERCA — FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - MOURÕES DE MADEIRA ROLIÇA, DIÂMETRO 11CM, ESPAÇAMENTO DE 24M ALTURA LIVRE DE 1,7M, CRAVADOS 0,5M, COM 4 FIOS DE ARAME FARPADO Nº 14 OU 16 CLASSE 250 — ESTACAS INTERMEDIÁRIAS COM MOURÕES DE MADEIRA ROLIÇA, DIÂMETRO 11CM, ESPAÇAMENTO DE 6M, ALTURA LIVRE DE 1,7M, CRAVADOS 0,5M.	M	3100,00				
3.0			**ITEM 3 - BARREIRA PERIMETRAL ANTI CAPIVARA - TERESINA**						
3.1	SINAPI	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	M2	8900,00				
3.2	CPU	COMP.001	REMOÇÃO DE CERCAS	M	4450,00				
3.3	CPU	COMP.005	CERCA COM MOURÕES DE MADEIRA ROLIÇA, DIÂMETRO 11CM, ESPAÇAMENTO DE 1,0M, ALTURA LIVRE DE 1,9M, CRAVADOS 0,6M, (EXCLUSIVE ARAME FARPADO) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	4450,00				
3.4	CPU	COMP.006	INSTALAÇÃO DE TELA MANGUEIRÃO (MALHA 3", ALTURA 1,50M, ARAME GALVANIZADO) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M2	6675,00				
								Valor Orçamento (A):	

ANEXO VII (TR) - MEMÓRIA DE CÁLCULO

E/F: EMBRAPA MEIO-NORTE — ENDEREÇO: AV. DUQUE DE CAXIAS, 5650 - BAIRRO BUENOS AIRES - TERESINA – PI
CONSTRUÇÃO DE CERCA EM TERESINA E CAMPO MAIOR

Medição	Descrição	Ambientes	Comprimento / Quantidade	Largura da Faixa / Altura da Cerca	Total (Unid.)
1.0	**ITEM 1 - CONSTRUCAO DE CERCA 7 FIOS - CAMPO MAIOR**				
1.1	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	CERCA CAMPO MAIOR	2800,00	4,00	11200,00 M2
1.2	REMOÇÃO DE CERCAS	CERCA CAMPO MAIOR	2800,00		2800,00 M
1.3	CERCA — INSTALAÇÃO DE ESTACAS DE MADEIRA ROLIÇA, DIÂMETRO 11CM, ESPAÇAMENTO DE 2 M, ALTURA LIVRE DE 1,7M, CRAVADOS 0,5M (EXCETO FORNEC. DE ARAME, GRAMPO E ESTACA).	CERCA CAMPO MAIOR	2800,00		2800,00 M
1.4	FORNECIMENTO DE ARAME FARPADO COMPLEMENTAR - ROLO DE ARAME COM 500M	CERCA CAMPO MAIOR	6,00		6,00 UND
2.0	**ITEM 2 - CONSTRUCAO DE CERCA 4 FIOS - CAMPO MAIOR**				
2.1	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	CERCA CAMPO MAIOR	3100,00		3100,00 M2
2.2	CERCA — FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - MOURÕES DE MADEIRA ROLIÇA, DIÂMETRO 11CM, ESPAÇAMENTO DE 24M ALTURA LIVRE DE 1,7M, CRAVADOS 0,5M, COM 4 FIOS DE ARAME FARPADO Nº 14 OU 16 CLASSE 250 — ESTACAS INTERMEDIÁRIAS COM MOURÕES DE MADEIRA ROLIÇA, DIÂMETRO 11CM, ESPAÇAMENTO DE 6M, ALTURA LIVRE DE 1,7M, CRAVADOS 0,5M.	CERCA CAMPO MAIOR	3100,00		3100,00 M
3.0	**ITEM 3 - BARREIRA PERIMETRAL ANTI CAPIVARA - TERESINA**				
3.1	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	CERCA TERESINA	4450,00	2,00	8900,00 M2
3.2	REMOÇÃO DE CERCAS	CERCA TERESINA	4450,00		4450,00 M
3.3	CERCA COM MOURÕES DE MADEIRA ROLIÇA, DIÂMETRO 11CM, ESPAÇAMENTO DE 1,0M, ALTURA LIVRE DE 1,9M, CRAVADOS 0,6M, (EXCLUSIVE ARAME FARPADO) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	CERCA TERESINA	4450,00		4450,00 M
3.4	INSTALAÇÃO DE TELA MANGUEIRÃO (MALHA 3", ALTURA 1,50M, ARAME GALVANIZADO) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	CERCA TERESINA	4450,00	1,50	6675,00 M2

ANEXO VIII - COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

E/F.: EMBRAPA MEIO-NORTE — ENDEREÇO: AV. DUQUE DE CAXIAS, 5650 - BAIRRO BUENOS AIRES - TERESINA – PI
CONSTRUÇÃO DE CERCA EM TERESINA E CAMPO MAIOR

COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO

Item / Código SINAPI	Descrição	Unidade	Coef.	Preço (R$)
COMP.001	**REMOÇÃO DE CERCAS**		**REF. C3104/SEINFRA**	**M**

Item / Código SINAPI	Descrição	Unidade	Coef.	Preço (R$)
88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,025	
Custo direto total (Sem BDI)				
COMP.002	**CERCA — INSTALAÇÃO DE ESTACAS DE MADEIRA ROLIÇA, DIÂMETRO 11CM, ESPAÇAMENTO DE 2 M, ALTURA LIVRE DE 1,7M, CRAVADOS 0,5M (EXCETO FORNEC. DE ARAME, GRAMPO E ESTACA).**		**REF. 106257/SINAPI**	**M**
88239	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3027745	
88262	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,201849708	
Custo direto total (Sem BDI)				
COMP.003	**FORNECIMENTO DE ARAME FARPADO COMPLEMENTAR - ROLO DE ARAME COM 500M**		**REF. 106257/SINAPI**	**UND**
340	ARAME FARPADO GALVANIZADO, 16 BWG (1,65 MM), CLASSE 250	M	500	
Custo direto total (Sem BDI)				
COMP.004	**CERCA — FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - MOURÕES DE MADEIRA ROLIÇA, DIÂMETRO 11CM, ESPAÇAMENTO DE 24M ALTURA LIVRE DE 1,7M, CRAVADOS 0,5M, COM 4 FIOS DE ARAME FARPADO Nº 14 OU 16 CLASSE 250 — ESTACAS INTERMEDIÁRIAS COM MOURÕES DE MADEIRA ROLIÇA, DIÂMETRO 11CM, ESPAÇAMENTO DE 6M, ALTURA LIVRE DE 1,7M, CRAVADOS 0,5M.**		**REF. 106257/SINAPI**	**M**
88239	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,100924833	
88262	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,201849708	
340	ARAME FARPADO GALVANIZADO, 16 BWG (1,65 MM), CLASSE 250	M	4	
5076	GRAMPO DE AÇO POLIDO 1" X 9	KG	0,0012475	
COTAÇÃO 1 (SINAPI 21138)	MOURAO ROLICO DE MADEIRA TRATADA, D = 8 A 11 CM, H = 2,20 M, EM EUCALIPTO OU EQUIVALENTE DA REGIAO (PARA CERCA)	M	0,091666667	
COTAÇÃO 1 (SINAPI 21138)	MOURAO ROLICO DE MADEIRA TRATADA, D = 8 A 11 CM, H = 2,20 M, EM EUCALIPTO OU EQUIVALENTE DA REGIAO (PARA CERCA)	M	0,366666667	
Custo direto total (Sem BDI)				
COMP.005	**CERCA COM MOURÕES DE MADEIRA ROLIÇA, DIÂMETRO 11CM, ESPAÇAMENTO DE 1,0M, ALTURA LIVRE DE 1,9M, CRAVADOS 0,6M, (EXCLUSIVE ARAME FARPADO) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.**		**REF. 106257/SINAPI**	**M**
88239	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,24	
88262	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,48	
COTAÇÃO 1 (SINAPI 21138)	MOURAO ROLICO DE MADEIRA TRATADA, D = 8 A 11 CM, H = 2,20 M, EM EUCALIPTO OU EQUIVALENTE DA REGIAO (PARA CERCA)	M	1,76	
Custo direto total (Sem BDI)				
COMP.006	**INSTALAÇÃO DE TELA MANGUEIRÃO (MALHA 3", ALTURA 1,50M, ARAME GALVANIZADO) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO**		**REF. 106464/SINAPI**	**M2**
88315	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0	
88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,185	
COTAÇÃO 2	TELA MANGUEIRÃO (MALHA 3", ALTURA 1,50 M, ARAME GALVANIZADO BWG 16 OU SUPERIOR) ROLO COM 50M	M2	1	
Custo direto total (Sem BDI)				

ANEXO IX (TR) - BDI - BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS

BDI - BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS
PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

COMPONENTES	
A - DESPESAS INDIRETAS	
1. GARANTIA E SEGURO (G)	0,80%
2. RISCO (R)	1,27%
3. DESPESAS FINANCEIRAS (DF)	1,23%
4. ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (AC)	4,00%
SUBTOTAL A	**7,30%**
B - TRIBUTOS	
1. COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00%
2. PIS - Programas de Integração Social	0,65%
3. ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%
4. CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	0,00%
SUBTOTAL B	**6,15%**
C - BONIFICAÇÃO	
1. LUCRO	7,40%
SUBTOTAL C	**7,40%**

Fórmula de cálculo do BDI:

BDI = [(1 + AC + R) × (1 + DF) × (1 + L)] / (1 − T) − 1

AC = taxa e rateio da administração central
DF = taxa das despesas financeiras
R = taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento
T = taxa de tributos
L = taxa de lucro

BDI = 22,88%

REFERÊNCIAS: 1) Fórmula de cálculo do BDI: relatório do Acórdão nº 2.622/2013-TCU

ANEXO X (TR) - TERMO DE RECEBIMENTO DE MATERIAL

LOTE 1 – BASE FÍSICA DE CAMPO MAIOR/PI (FAZENDA SOL POSTO)
OBJETO: Transferência de materiais do estoque próprio da Embrapa para execução dos 2.800 metros de cerca de 7 fios de arame farpado (Item 1 do Lote 1).

1. DAS PARTES

CEDENTE/CONTRATANTE: A **EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA)**, por intermédio da Unidade Embrapa Meio-Norte / Base Física de Campo Maior (Fazenda Sol Posto), representada neste ato pelo Supervisor do Campo Experimental, Sr. **Francisco Gustavo Carvalho de Sousa** (Matrícula nº 336.672).

RECEPTORA/CONTRATADA: A empresa **[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [00.000.000/0000-00], representada por seu Preposto/Representante Legal, Sr.(a) **[NOME DO REPRESENTANTE]**, portador(a) do CPF nº [000.000.000-00].

2. DOS MATERIAIS DISPONIBILIZADOS E TRANSFERIDOS

Em cumprimento ao disposto no item 4.1 e item 4.8 do Termo de Referência (TR V1.0) e no item 6 do Memorial Descritivo do Lote 1 do Processo SEI nº 21188.001396/2026-89, a CEDENTE disponibiliza e entrega à RECEPTORA, a partir do estoque mantido sob guarda na Fazenda Sol Posto (BR-343, Km 6, Campo Maior/PI), os seguintes materiais para aplicação exclusiva no Item 1 (cerca de 7 fios):

Item	Discriminação do Material de Estoque	Unid.	Qtd. Entregue	Local de Entrega / Origem
01	Estacas de Madeira de Sabiá (*Mimosa caesalpiniifolia*), Ø ≥ 11 cm, para cravação como estaca intermediária (cada 2,0 metros).	Unidade	**1.400**	Estoque Fazenda Sol Posto (Campo Maior/PI)
02	Arame Farpado Galvanizado, bitola 16 BWG (1,65 mm), resistência mín. 350 kgf em rolos de 500m cada.	Rolo ("Bola")	**34 (17.000m)**	Estoque Fazenda Sol Posto (Campo Maior/PI)
03	Grampos para cerca galvanizados, dimensões 1x9" ou 7/8" x 12.	kg	**30**	Estoque Fazenda Sol Posto (Campo Maior/PI)

3. CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DE CUSTÓDIA E APLICAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FINALIDADE EXCLUSIVA: Os materiais especificados no quadro acima serão utilizados estritamente na execução dos 2.800 metros lineares da cerca rural de 7 fios (Item 1 do Lote 1), sendo vedada qualquer destinação diversa, transferência a terceiros ou emprego em outros trechos do contrato sem autorização prévia e formal da Embrapa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VISTORIA E ACEITAÇÃO: A RECEPTORA declara haver conferido e inspecionado a totalidade dos insumos entregues na Fazenda Sol Posto, atestando seu perfeito estado de conservação, integridade física e conformidade com os requisitos técnicos do Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FIEL DEPÓSITO E DA GUARDA: Com a assinatura deste instrumento, a RECEPTORA assume formalmente a condição de **FIEL DEPOSITÁRIA** dos materiais, responsabilizando-se integralmente pela sua guarda, vigilância, transporte interno, manuseio e proteção contra furto, roubo, extravio, intempéries ou degradação, desde a retirada do galpão de estoque até sua fixação definitiva em campo.

CLÁUSULA QUARTA – DA OBRIGAÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO PELA CONTRATADA: Cabe à RECEPTORA fornecer, às suas expensas, a metragem de arame farpado galvanizado complementar (mínimo de 300 metros lineares, item 4.1 do TR), mourões de canto/escora e a mão de obra qualificada com ferramentas/equipamentos necessários para a perfeita instalação da estrutura.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE POR PERDAS E AVARIAS: Eventuais perdas, danos, inutilização ou desvios de materiais ocorridos durante o período de custódia da RECEPTORA ensejarão a obrigação de reposição imediata de insumos de idêntica qualidade e especificação, ou o ressarcimento financeiro à Embrapa com base nos preços de mercado vigentes, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas (PAA) e contratuais.

CLÁUSULA SEXTA – DA DEVOLUÇÃO DE SOBRAS: Concluída a execução do Item 1, eventuais sobras de estacas, arame farpado ou grampos deverão ser recolhidas, organizadas e devolvidas formalmente à Supervisão da Fazenda Sol Posto, mediante emissão do Termo de Devolução de Sobras no SEI.

E, por estarem de pleno acordo com todas as cláusulas e condições estabelecidas, as partes firmam o presente Termo para que produza seus jurídicos e legais efeitos no Processo SEI nº 21188.001396/2026-89.

Campo Maior/PI, [Dia] de [Mês] de 2026.

FRANCISCO GUSTAVO CARVALHO DE SOUSA
Supervisor da Base Física de Campo Maior
Embrapa Meio-Norte (Matrícula 336.672)

[NOME DO PREPOSTO / REPRESENTANTE]
Preposto / Representante Legal
[Razão Social da Contratada]

[NOME DO FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO]
Fiscal Técnico do Lote 1 - Campo Maior/PI
Embrapa Meio-Norte

Referência: Processo nº 21188.001396/2026-89

ANEXO II – MODELO PARA A PROPOSTA

Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico **nº _____/____ –_____,** apresento nossa proposta de preço para _____, **conforme abaixo especificado:**

Item	Código SIASG/ CATSER	Descrição Detalhada do Item / Serviço	Unidade	Quantidade	Preço Unit. R$	Preço Total R$
LOTE 1 – CAMPO MAIOR/PI (FAZENDA SOL POSTO)						
Item 1	15962	Limpeza mecanizada de faixa/abertura de aceiro para cerca de 7 fios.	m²	11.200		
		Desmontagem e remoção de cerca antiga (cerca de 7 fios).	m	2.800		
		Instalação da nova cerca de 7 fios (mão de obra) — material de estacas/arame parcial/grampos fornecido pela Embrapa (ver item 4.1).	m	2.800		
		Fornecimento de arame farpado complementar (rolo de arame c/500m).(cerca de 7 fios)	Und.	6		
Item 2	15962	Limpeza da faixa de terreno na extensão da cerca (cerca de 4 fios).	m²	3.100		
		Fornecimento e instalação de cerca de 4 fios de arame farpado (mourões a cada 24 m, estacas a cada 6 m).	m	3.100		
Item 3 – TERESINA/PI (SEDE EMBRAPA MEIO-NORTE)						
Item 3	16675	Limpeza da faixa/abertura de aceiro (barreira anti-capivara).	m²	8.900		
		Desmontagem e remoção de cerca antiga (barreira anti-capivara).	m	4.450		
		Fornecimento e instalação de estacas (Ø ≥ 10 cm, cravação 60 cm, altura livre 1,90 m) — sabiá ou eucalipto tratado em autoclave (barreira anti-capivara).	m	4.450		
		Fornecimento e instalação de tela tipo mangueirão — malha 3", altura 1,50 m, arame galvanizado BWG 16 ou superior, assentada rente ao solo (barreira anti-capivara).	m²	6.675		

Preço total GERAL da proposta R$ _____ (por extenso)
Prazo de validade da proposta: _____ (se outro prazo não seja estipulado, o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias).
Prazo para entrega dos produtos: Conforme estabelecido nos Anexos deste Edital**.**
A entrega dos produtos para a Embrapa ocorrerá de acordo com as especificações contidas nos Anexos deste Edital**.**
Oferecemos garantia de validade dos produtos pelo prazo de _____.
Estão inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais e encargos sociais.
Estamos cientes e aceitamos as condições do Edital**,** especialmente as fixadas para pagamento e entrega dos produtos, contidas na minuta do contrato.
V. Banco: _____Agência: _____Conta Corrente: _____

Local e data

_____
Diretor ou representante legal - Identidade
Nome legível/Carimbo da empresa

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO SOBRE IMPEDIMENTOS DA LEI Nº 13.303/2016

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa _____, da qual somos representantes credenciados, não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

....., ...de..... de ____.

.....
Assinatura do representante legal da Empresa

ANEXO IV – Instrumento de Contratação

Assessoria Jurídica

Minuta de Instrumento Jurídico

SERVIÇO ESCOPO - TODAS AS MODALIDADES - 13.303/2016

	OBSERVAÇÕES
1	As partes marcadas com a com a cor _____, são alternativas e devem ser ajustadas à contratação específica, podendo, inclusive, serem excluídas se não for pertinente à contratação específica. A marcação deve ser excluída na versão final
2	As partes marcadas com a com a cor _____, devem ser preenchidas, antes da celebração do contrato.
3	As partes marcadas com a com a cor _____, são orientações de preenchimento e devem ser excluídas da minuta antes da celebração do contrato

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS _____, QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - Embrapa E A _____

A EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, instituída por força do disposto na Lei nº 5.851, de 7.12.1972, por intermédio de sua Unidade:_____, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.348.003/_____, sediada em (Cidade/Estado) _____, endereço: _____, neste ato representada por seu _____, Sra./Sr._____, ID nº_____, C.P.F nº_____, em conjunto com _____, Sra./Sr._____, ID nº_____, C.P.F nº_____, cujos poderes foram delegados pela Deliberação da Diretoria Executiva da Embrapa nº __, de __/__/20__, publicada no BCA nº __/20__, doravante designada simplesmente Embrapa, e, de outro lado, a sociedade empresária _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº_____/_____-____ sediada em (Cidade/Estado) _____, endereço: _____, neste ato representada por (cargo)_____, (nome)_____, inscrita no CPF sob o nº_____, doravante designada simplesmente CONTRATADA, resolveram celebrar o presente Contrato de _____, que se regerá pela da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e pela Norma nº 037.011.003.001 (Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, D.O.U. 22/4/2024, Ed.. 77, Seção:1, pg. 6, parte integrante deste instrumento e disponível no endereço eletrônico https://www.embrapa.br/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos e também por meio do link para acesso direto ao documento.), doravante denominado "Regulamento" e pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente Instrumento tem por objeto _____, que será executado nas condições estabelecidas neste instrumento, no Termo de Referência (Anexo I) e na proposta apresentada, os quais vinculam as partes, independentemente de transcrição.

1.1. O objeto da presente contratação é composto dos seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
1			
2			

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2. O presente contrato fundamenta-se na da Lei n.º 13.303/2016, na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, e e pela Norma nº 037.011.003.001 (Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, D.O.U. 22/4/2024, Ed. 77, Seção:1, pg. 6, que vincula-se para todos os fins de direito ao processo de contratação SEI nº _____ e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3. Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos, na legislação vigente correlata à presente contratação, das normas técnicas que estabeleçam padrões de execução do objeto contratual, constituem obrigações da CONTRATADA:

3.1. Prestar os serviços nos prazos estabelecidos neste Contrato, conforme cronograma de execução estabelecido.

3.2. Prestar os serviços contratados nos locais e nos horários definidos neste contrato e/ou pela equipe de gestão/fiscalização contratual.

3.3. Não alterar a qualidade, a técnica ou o modo de execução do serviço sem prévia concordância da Embrapa e, se for o caso, sem a celebração de Termo Aditivo.

3.4. Não substituir materiais e equipamentos a serem empregados no serviço, que tenham sido definidos no Termo de Referência/Projeto Básico, neste contrato e na proposta apresentada, sem prévia concordância da Embrapa e, se for o caso, sem a celebração de Termo Aditivo.

3.5 Não subcontratar a integralidade dos serviços.

3.6. Somente subcontratar parcelas do serviço até o limite admitido, em cada caso, conforme previsto no no Termo de Referência/Projeto Básico e neste contrato, observados os requisitos do artigo 78 da Lei 13.303/2016;

3.7. manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação e a ausência de impedimentos exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pela Embrapa;

3.8. comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a Embrapa;

3.9. Se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

3.10. Repassar à Embrapa e aos seus empregados, todas as informações necessárias sobre o serviço, visando seu melhor aproveitamento, manutenção e conservação.

3.11. Facilitar a ação da Fiscalização contratual, fornecendo informações ou provendo acesso à documentação e aos serviços em execução e atendendo prontamente às observações e exigências por ela apresentadas.

3.12. Manter representante específico, capacitado e devidamente credenciado para responder pela direção dos serviços perante a Embrapa.

3.13. O representante credenciado como profissional técnico responsável, se for o caso, deverá ser aquele indicado para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, ficando sua substituição sujeita à aprovação formal pela Embrapa;

3.14. Reparar, corrigir, reconstruir ou substituir no total ou em parte, às suas expensas e nos prazos estipulados pela Fiscalização, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo aquele já registrado em Relatório de Medição ou já tenha sido recebido pela Fiscalização deste Contrato.

3.15. Caso seja necessária a remoção e substituição de bens ou materiais associados ao serviço contratado, a CONTRATADA deverá fazê-lo no local em que o bem ou material tiver sido disponibilizado à Embrapa, conforme estabelecido no Contrato.

3.16. Garantir os serviços realizados pelo período mínimo estabelecido na legislação brasileira, independentemente do término do Contrato, salvo se prazo maior tiver sido exigido no Termo de Referência/Projeto Básico e/ou proposto pela CONTRATADA .

3.17. Cumprir os preceitos legais e as decisões das autoridades constituídas, sendo a única responsável por sua inobservância.

3.18. reparar todos os danos e prejuízos causados à Embrapa ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte da Embrapa;

3.19. assumir a responsabilidade integral por quaisquer ônus que venham a ser impostos à Embrapa em virtude de documento fiscal que seja emitido em desacordo com a legislação aplicável;

3.20. Obter as licenças, autorizações, certidões e/ou outros instrumentos previstos na legislação, de sua responsabilidade, necessários à execução dos serviços, se o contrario não tiver sido estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico.

3.21. Preservar e manter a Embrapa a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de ação ou omissão sua, de seus empregados ou de suas subcontratadas.

3.22. Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa da mão-de-obra necessária à execução dos serviços contratados, como única e exclusiva responsável pelo bom comportamento e eficiência de seus empregados e subcontratados.

3.23. Abster-se de utilizar, em todas as atividades relacionadas com a execução deste instrumento, mão-de-obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República, nem utilizar mão de obra em condição análoga à de escravo, bem como fazer constar cláusula específica nesse sentido nos contratos firmados com os fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços, sob pena de multa ou rescisão deste Contrato, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis.

3.24. A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitada, a documentação comprobatória do adimplemento de suas obrigações trabalhistas, tributárias, contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS.

3.25. Responsabilizar-se por todas e quaisquer obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, oriundas da execução do objeto contratual, arcando com todos os custos e despesas relativos aos processos administrativos, judiciais e arbitrais, em qualquer instância ou tribunal, que venham a ser ajuizadas em face da Embrapa, assumindo, em juízo ou fora dele, toda a responsabilidade relacionada a estas obrigações, resguardando os interesses da Embrapa, prestando, inclusive, as garantias necessárias a sua desoneração.

3.26. Restituir à Embrapa o valor que lhe for imputado em condenação, proferida pelo Poder Judiciário, por Juízo Arbitral ou outras instâncias competentes, a título de obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e dos depósitos de FGTS referentes aos empregados da CONTRATADA. O referido valor será acrescido de todos os acessórios, tais como despesas processuais, honorários advocatícios, despesas extrajudiciais, correção monetária e juros.

3.27. Caso, para a execução dos serviços, empregados, prepostos ou subcontratados autorizados pela Embrapa, devam ingressar nas dependências da Embrapa, a Contratada deverá certificar-se de:

a) Respeitar e cumprir as Normas Administrativas Internas em vigor na Embrapa.

b) Garantir que nenhum empregado de seu quadro, preposto ou empregado/preposto de subcontratado, por ação ou omissão, oculte, participe da ocultação ou tolere que seja ocultado acidente de trabalho ocorrido em decorrência da execução deste Contrato.

c) Apresentar à Fiscalização relação nominal de todos os empregados que executarão os serviços, bem como comunicar, por escrito, qualquer alteração ocorrida nessa relação.

d) fornecer crachá de identificação a todo empregado/preposto e subcontratado que ingressar nas instalações da Embrapa e garantir que sejam utilizados por todo tempo que estiverem dentro das dependências da Embrapa.

3.28. Substituir, sempre que determinado pela fiscalização contratual, no prazo determinado na notificação, todo empregado, preposto, subcontratado ou empregado de subcontratado, que se mostrar incompatível ou inconveniente à Embrapa.

3.29. Não admitir, durante a execução do contrato, administrador ou sócio com poder de direção que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado(a) da Embrapa detentor(a) de função de confiança:

(a) que autorizou a contratação;
(b) que assinou o contrato;
(c) responsável pela demanda;

(d) responsável pela contratação;
(e) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela demanda;
(f) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela contratação.

3.30. providenciar, perante a Receita Federal do Brasil - RFB, comprovando à Embrapa, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se a CONTRATADA, quando optante:

a) extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência deste Contrato; ou
b) enquadrar-se em alguma das situações previstas no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006;

3.31. designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da CONTRATADA, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;

3.32. Impedir a participação, direta ou indireta, de empregado ou dirigente da Embrapa na execução do objeto do Contrato;

3.33. Manter, durante toda a execução do Contrato, preposto com poderes de receber correspondência, notificações, citações e todos os atos necessários à gestão do serviço, processamento de pagamento, glosas e processo de apuração e aplicação de penalidades;

3.34. Manter todos os endereços, telefones e-mail atualizados.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA Embrapa

4. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, constituem obrigações da Embrapa:

4.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA pelos serviços prestados e efetivamente medidos e faturados.

4.2. efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato;

4.3. indicar o representante da Embrapa responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato;

4.4. exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato por meio do representante especialmente designado.

4.5. colocar à disposição da CONTRATADA todas as informações necessárias à perfeita execução dos serviços objeto deste Contrato; e

4.6. Obter as Licenças de sua responsabilidade, junto às repartições competentes, necessárias à execução dos serviços contratados.

4.7. Informar à CONTRATADA as alterações de horários e rotinas de trabalho.

4.8. Notificar, por escrito, a CONTRATADA, dos defeitos ou irregularidades verificados na execução dos serviços, fixando-lhe prazos para sua correção.

4.9. Notificar, por escrito, a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares da CONTRATADA, concedendo-lhe prazo para defesa; e

4.10. Notificar, por escrito, a CONTRATADA, da aplicação de multas, advertências e quaisquer outras penalidades, segundo o rito estabelecido neste instrumento.

4.11. Notificar, por escrito, a CONTRATADA, sobre a suspensão da prestação de serviços.

4.12. Notificar, por escrito, quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – NÍVEIS DE SERVIÇO

5. Os serviços contratados deverão ser executados de acordo com os padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho estipulados pela Embrapa, observados os níveis de serviço descritos no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

5.1. O descumprimento dos níveis de serviço acarretará a aplicação dos índices de redução do preço previstos no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, quando cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6. A execução do objeto contratado respeitará as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta apresentada pela CONTRATADA, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONFIDENCIALIDADE

7. A CONTRATADA não poderá fazer uso do nome Embrapa, da marca Embrapa, da expressão “a serviço da Embrapa” ou expressões similares, em especial em propagandas, em seu Website, uniformes, veículos, ferramentas e equipamentos, de propriedade ou não da CONTRATADA, salvo quando prévia e expressamente autorizada, por escrito, pela Embrapa.

7.1. Qualquer informação obtida pela Contratada, de informação, produto, processo, da Embrapa, confidencial ou não, em razão da prestação do serviço, deverá ser mantida em sigilo.

7.2. A Contratada deverá garantir que seus empregados mantenham sigilo das informações obtidas em razão da prestação de serviços.

7.3. A divulgação de qualquer informação ou utilização da marca Embrapa, pela contratada, seus empregados, prepostos ou terceirizados, de forma indevida, gerará a multa compensatória equivalente ao valor global deste Contrato, na forma do artigo 412 do Código Civil, sem prejuízo de perdas e danos, eventualmente apurados e das demais penalidades previstas neste instrumento

7.4. O valor da multa estabelecida será devida em relação à cada informação divulgada.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8. O crédito pelo qual ocorrerá a despesa do presente Contrato, consta na proposta orçamentária da Embrapa para o exercício de _____, correndo à conta da Fonte de Recursos _____ , Natureza de Despesa _____, Nota de Empenho nº_____, de __/__/_____.

8.1. As despesas para exercícios futuros, se for o caso, correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas por meio de apostilamento, mediante o respectivo empenho.

CLÁUSULA NONA - DO VALOR

9. O valor global da contratação é de R$ ..... (.....).

OU

9. O valor global estimado da contratação é de R$ ..... (.....), considerando os seguintes preços unitários:

Item	Descrição	Quantidade	Preço Unitário

A formatação do preço pode seguir as formatações aqui apresentadas ou qualquer outra que corresponda ao serviços.

É importante que a cláusula de preço permita a identificação de preços unitários, se for o caso, e o preço global, mesmo que estimado.

O valor global estimado deve constar da formatação do preço, quando os valores de pagamento decorrem da execução de itens específicos, sob demanda. Neste caso, é essencial que os itens específicos, seus valore e quantidades contratadas sejam identificadas na própria cláusula.

Caso o pagamento seja mensal, por preço certo e definido, deverá constar o valor mensal e global.

9.4. A CONTRATADA declara que nos preços propostos para a execução dos serviços foram considerados todos os custos, insumos, despesas ordinárias diretas e indiretas, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação para cumprir as disposições contratuais até o termo final deste Contrato, não cabendo reivindicações a título de revisão de preço, compensação ou reembolso.

9.5. Na hipótese de o objeto ser, a critério da Embrapa, parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

9.6. Caso a Embrapa não demande o total do objeto previsto neste Contrato, não será devida indenização à CONTRATADA.

9.7. A CONTRATADA deverá arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso os quantitativos previstos inicialmente em sua proposta não sejam satisfatórios para o atendimento ao objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DEZ – DO PAGAMENTO

10. O pagamento será efetuado em até ___ (_____) dias corridos, contados a partir do recebimento do serviço pela Embrapa, conforme cronograma de execução estabelecido, mediante apresentação da Nota Fiscal, a qual devera ser apresentada, preferencialmente, em 2 (duas) vias, contendo os dados bancários completos (nº do Banco, da Agencia e da conta corrente).

10.1. O pagamento será realizado através de Ordem de Pagamento Bancária, nos termos dos dados bancários especificados na Nota Fiscal.

10.2. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente incorreções, o prazo de pagamento será reiniciado, contado a partir da data da sua regularização.

10.3. Caso não haja expediente na Embrapa no dia do vencimento da Nota Fiscal/fatura, fica o pagamento prorrogado para o 1º dia útil subsequente.

10.4. Nenhum pagamento será feito à Contratada antes de paga a multa que lhe tenha sido aplicada, salvo se a contratada concordar com a compensação de valores.

10.5. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor glosado pela Administração.

10.6. A suspensão do pagamento não autoriza a paralisação dos serviços, estando a CONTRATADA sujeita às penalidades cabíveis por inadimplemento, bem como a responder pelos danos e prejuízos decorrentes, se assim proceder.

10.7. A Embrapa não acatará a negociação de duplicatas com bancos ou outras instituições financeiras.

10.8. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter as seguintes informações:

a) o valor a pagar;
b) descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
c) os dados do contrato, como número de registro;

d) período de referência da execução do objeto;
e) prazo de Validade;
f) data da emissão;
g) nome e número do CNPJ da CONTRATADA, cuja regularidade fiscal tenha sido avaliada na fase de habilitação, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;
h) nome, telefone e e-mail do responsável pelo documento fiscal ou equivalente legal;
I) nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente da CONTRATADA, vinculada ao CNPJ constante do documento fiscal ou equivalente legal, com respectivos dígitos verificadores;
j) tomador do serviço: Nome da Unidade da Embrapa tomadora do serviço;
k) CNPJ do tomador do serviço: _____;
l) local de execução do objeto, emitindo-se um documento fiscal ou equivalente legal para cada Município em que o serviço seja prestado, se for o caso;
m) código do serviço, nos termos da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003, em concordância com as informações inseridas na Declaração de Informações para Fornecimento - DIF;
n) número de inscrição do contribuinte individual válido junto ao INSS (NIT ou PIS/PASEP); e
o) destaque das retenções tributárias aplicáveis, conforme estabelecido na DIF.

10.9. Os pagamentos a serem efetuados em favor do CONTRATADO estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pela CONTRATADA. Em casos de dispensa ou benefício fiscal que implique em redução ou eliminação da retenção de tributos, o CONTRATADO fornecerá todos os documentos comprobatórios.

10.10. Caso a CONTRATADA emita documento fiscal ou equivalente legal autorizado por Município diferente daquele onde se localiza o estabelecimento da Embrapa tomadora do serviço e destinatário da cobrança, deverá providenciar o cadastro junto à Secretaria Municipal de Fazenda ou órgão equivalente do Município do estabelecimento tomador, salvo quando se aplicar uma das exceções constantes dos incisos do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 116/03. A inexistência desse cadastro ou o cadastro em item diverso do faturado não constitui impeditivo ao processo de pagamento, mas um ônus a ser suportado pela CONTRATADA, uma vez que a Embrapa está obrigada a reter na fonte a quantia equivalente ao ISS dos serviços faturados, conforme legislação aplicável.

10.11. O documento fiscal ou equivalente legal emitido pela CONTRATADA deverá estar em conformidade com a legislação do Município onde a CONTRATADA esteja estabelecida, cuja regularidade fiscal foi avaliada na etapa de habilitação, e com as normas regulamentares aprovadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, especialmente no que tange à retenção de tributos, sob pena de devolução do documento e interrupção do prazo para pagamento.

10.12. Ao documento fiscal ou equivalente legal deverão ser anexados:

a) certidões de regularidade fiscal exigidas na fase de habilitação;
b) comprovante de que a CONTRATADA é optante do Simples Nacional, se for o caso;
c) em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade; e
d) demais documentos solicitados pelo Gestor do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado;

10.13. Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, a Embrapa poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal ou equivalente legal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pela CONTRATADA.

10.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Embrapa, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração ocorrerá desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento. Nesse caso, os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês ou de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

I = (TX/100)/365
EM = I x N x VP

Onde:

I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e aquela do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA ONZE – DO REAJUSTE

11. O reajuste de preços, na forma prevista na legislação, poderá ser requerido pela CONTRATADA a cada período de 12 (doze) meses, sendo o primeiro contado do dia ___/___/___, (data de apresentação da proposta), e os seguintes, do fato gerador anterior, adotando-se para tanto a aplicação a do Índice _____ (_____), divulgado pelo _____, ou outro índice que vier a substituí-lo, sobre o preço referido na Cláusula de Preço deste Instrumento.

11.1. O direito ao reajuste será constituído após o período de 12 meses, a contar das seguintes datas-base:

a) O primeiro reajuste terá como data base a data da apresentação da proposta, por ocasião da licitação;
b) Os reajustes subsequentes terão por data-base a data da formalização do pedido do último reajuste.

11.2. Os efeitos financeiros dos reajustes retroagirão à data de apresentação do pedido de reajuste.

11.3. a manifestação sobre o reajuste poderá ocorrer por ocasião da manifestação sobre o interesse em prorrogar o contrato, na forma do subitem 19.3 deste instrumento, mesmo que a anualidade não tenha ocorrido.

11.4. Na hipótese do item anterior, os reajustes somente serão efetivados após a ocorrência da anualidade.

11.5. As partes poderão negociar a redução do percentual do reajuste.

11.6. Caso ocorra a prorrogação do contrato, sem manifestação formal sobre o interesse no reajuste, será presumido que a Contratada abdicou desse direito.

11.7. Para fins deste Contrato, será presumido a abdicação do direito de requerer o reajuste, nas seguintes hipóteses:

I - a prorrogação do instrumento sem registrar formalmente o pedido de reajuste antes da celebração do termo aditivo;
II - Não solicitação de reajuste até 90 (noventa) dias após a data que se completa a anualidade orçamentária;

CLÁUSULA DOZE – MATRIZ DE RISCOS

12. A Embrapa e a CONTRATADA, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo IV deste Contrato, se for o caso.

12.1. É vedada a celebração de aditivos visando o reequilíbrio econômico financeiro do contrato decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA TREZE – GARANTIA CONTRATUAL

13. A CONTRATADA prestará, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da Contratação, garantia contratual no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato, sob pena de aplicação de penalidade nos termos deste instrumento, observadas as condições para sua aceitação estipuladas nos incisos abaixo, que lhe será devolvida após a verificação do cumprimento fiel, correto e integral dos termos contratuais.

I. Caução em dinheiro: deverá ser depositada em favor da Embrapa, de acordo com as orientações que serão fornecidas quando da referida convocação;

II. Seguro Garantia: a Apólice de Seguro deverá ser emitida por Instituição autorizada pela SUSEP a operar no mercado securitário, que não se encontre sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e que não esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP:

a) O Instrumento de Apólice de Seguro deve prever expressamente:

a.1) responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à CONTRATADA;
a.2) vigência pelo prazo contratual;
a.3) prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA - ocorrido durante a vigência contratual -, e para a comunicação da expectativa de sinistro ou do efetivo aviso de sinistro, observados os prazos prescricionais pertinentes.

III. Fiança Bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por Instituição Financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN para funcionar no Brasil e que não se encontre em processo de liquidação extrajudicial ou de intervenção do BACEN:

a) O Instrumento de Fiança deve prever expressamente:

a.1) renúncia expressa, pelo fiador, ao benefício de ordem disposto no artigo 827 do Código Civil;
a.2) vigência pelo prazo contratual;
a.3) prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA - ocorrido durante a vigência contratual -, e para a comunicação do inadimplemento à Instituição Financeira, observados os prazos prescricionais pertinentes.

13.1. O prazo previsto para a apresentação da garantia poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA durante o respectivo transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Embrapa.

13.2. Havendo majoração do preço contratado, decorrente de reajuste, repactuação ou revisão de preços causada por alterações na legislação tributária, deverá ocorrer a atualização da garantia.

13.3. Nos casos que demandem a complementação ou renovação da garantia, tais como alteração do objeto (aditivo quantitativo ou qualitativo), prorrogação contratual, dentre outros, a CONTRATADA deverá providenciá-la no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do fato gerador.

13.4. Sempre que o contrato for garantido por fiança bancária ou seguro garantia, a CONTRATADA deve obter do garantidor anuência em relação à manutenção da garantia, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do aditivo ou recebimento de carta de apostilamento, conforme o caso.

13.5. Recusando-se o garantidor a manter a garantia, cabe ao CONTRATADO obter nova garantia no mesmo prazo da apresentação da garantia original.

CLÁUSULA QUATORZE – CONDUTA ÉTICA DAS PARTES

14. A CONTRATADA e a Embrapa comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental.

14.1. Em atendimento ao disposto no caput desta Cláusula, a CONTRATADA obriga-se, inclusive:

I. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
II. impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente da Embrapa na execução do objeto do presente Contrato;
III. providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares de dirigente ou de empregado da Embrapa, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;
IV. observar a Política para Transações com Partes Relacionadas e o Código de Ética da Embrapa vigentes ao tempo da contratação, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na

execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes; e
V. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

14.2. Verificada uma das situações mencionadas nos incisos II e III do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, compete à CONTRATADA afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato à Embrapa, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

CLÁUSULA QUINZE - DAS PENALIDADES

15. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência, por escrito, sempre que forem constatadas falhas de pouca gravidade;
II - Pelo atraso na entrega do objeto (produtos e/ou serviços) em relação ao prazo estipulado, sujeitar-se-á a CONTRATADA ao pagamento de multa de mora calculada à razão de 1% (um por cento) ao dia (dia corrido), sobre o valor global mensal , até o limite de 30%, o que poderá levar à rescisão deste Contrato;
III - Pela não entrega do objeto (produtos e/ou serviços), caracterizada por atraso igual ou superior a 30 (trinta) dias sem que haja manifestação aceita pela Embrapa ou por qualquer outra infração que leve à rescisão contratual sujeitar-se-á a CONTRATADA, além da multa de mora apurada, ao pagamento de multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total deste Contrato;

15.1. Sem prejuízo das multas e demais penalidades cabíveis, a depender da gravidade da conduta punível, a Contratada poderá ser penalizada com sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Embrapa, de que trata o inciso III, art. 83, da Lei n.º 13.303/16, por até 2 (dois) anos;

15.2. A penalidade de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Embrapa também poderá ser aplicada às sociedades ou profissionais que:

I. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
II. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
III. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Embrapa em virtude de atos ilícitos praticados.

15.3. As multas acima estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 50% (cinquenta por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

15.4. As sanções de natureza pecuniária serão executadas observando-se a seguinte prioridade:

I - Recolhidas à Conta Única da da União, por meio de G.R.U, espontaneamente;
II - Executadas das garantias prestadas;
III - Compensadas com créditos que, eventualmente a CONTRATADA tenha a receber;
IV - formas de cobrança previstos em Lei;

15.5. A Embrapa poderá combinar os métodos de liquidação das penalidades pecuniárias, visando a integralidade dos valores devidos e poderá reter créditos suficientes para o pagamento de eventuais multas e penalidades pecuniárias, até que seja concluído o processo de aplicação de penalidades.

15.6. As penalidades previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados.

15.7. As partes concordam e reconhecem a legitimidade do processo de aplicação penalidade, cujo rito será o seguinte:

15.8. A aplicação de penalidades observará o PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO – PAA, constante do Capítulo X do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA FISCALIZAÇÃO

16. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido pelo gestor do contrato, que poderá ser auxiliado pelos fiscal técnico e fiscal administrativo.

16.1. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação do objeto deste contrato e de tudo dará ciência à Contratada, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou fazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com o objeto contratual.

16.2. A existência da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica responsabilidade da Embrapa ou de seus empregados, conforme previsão do art. 47, § 2º da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

16.3. A Embrapa, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013.

16.4. A Embrapa poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência da CONTRATADA à legislação anticorrupção.

16.5. A ausência de fiscalização por parte da Embrapa não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato;

16.6. A comunicação entre a fiscalização e a CONTRATADA será realizada através de correspondência oficial ou por meio que garanta o registro do conteúdo e de seu recebimento;

16.6.1. A Contratada deverá confirmar o recebimento de e-mail, sempre que a comunicação se dê por esse meio.

16.7. A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atender prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas, ou, em caso de impossibilidade, justificar por escrito.

CLÁUSULA DEZESSETE – RECEBIMENTO DO OBJETO

17. A Embrapa efetuará o recebimento do objeto através do Gestor ou da Comissão de Recebimento, com o apoio do Fiscal do Contrato, observado o disposto no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

CLÁUSULA DEZOITO - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

18. O presente Contrato poderá ser extinto de acordo com as hipóteses previstas na legislação, e ainda:

I. Consensualmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada da Embrapa, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias ou de prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão, considerando os seguintes aspectos a serem justificados:

a) A Embrapa tenha interesse na extinção do contrato;
b) a rescisão não decorra de falha na execução do serviço;
c) Não exista mais interesse pelo serviço, na Embrapa;

II. em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações;
III. na ausência de liberação, por parte da Embrapa, de área, local, objeto ou documentos necessários à sua execução, nos prazos contratuais;
IV. em virtude da suspensão da execução do Contrato, por ordem escrita da Embrapa, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;
V. quando for decretada a falência da CONTRATADA;
VI. caso a CONTRATADA perca uma das condições de habilitação exigidas quando da contratação;
VII. na hipótese de descumprimento do previsto na Cláusula de Cessão de Contrato ou de Crédito, Sucessão Contratual e Subcontratação;
VIII. caso a CONTRATADA seja declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal;
IX. caso a CONTRATADA seja impedida de contratar e licitar com a União, na forma do artigo 7º da Lei 10.520/2005;
X. em função da suspensão do direito de a CONTRATADA licitar ou contratar com a Embrapa;
XI. na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, cometido pela CONTRATADA no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual;
XII. em razão da dissolução da CONTRATADA;
XIII. quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato.
XIV. quando aplicada penalidade de Multa de mora e não houver o recolhimento do valor devido;
XV. quando as multas contratuais atingirem seus limites, na forma deste Contrato, sem que a contratada tenha retornado à regularidade do serviço ou à adequação do comportamento.
XVI. por determinação judicial.
XVII. Quando caso a Embrapa não disponha de orçamento suficiente para arcar com a manutenção do serviço, em razão de contingenciamento orçamentário.

18.1. Caracteriza inadimplemento das obrigações de pagamento pecuniário do presente Contrato, a mora superior a 90 (noventa) dias.

18.2. Os casos de extinção contratual convencionados no caput desta Cláusula deverão ser precedidos de notificação escrita à outra parte do Contrato, e de oportunidade de defesa, dispensada a necessidade de interpelação judicial.

CLÁUSULA DEZENOVE - DA VIGÊNCIA

19. O prazo de vigência deste contrato é de ____ (_____) meses com início na data da última assinatura aposta pelos representantes das partes.

OU

O prazo de vigência deste contrato é de ____ (_____) dias com início na data da última assinatura aposta pelos representantes das partes.

OU

19.1. A vigência deste contrato será de _____ (_____) _____, com início em __/__/____ e término em __/__/____.

18.1. O presente instrumento somente poderá ter sua vigência alterada, em virtude de atraso em sua execução, suspensão do serviço ou acréscimo do objeto permitido em Lei, que exija dilação de prazo.

18.2. Caso o atraso na execução decorra de ação ou omissão da Contratada, a prorrogação não prejudicará a abertura de processo de apuração e aplicação de penalidade, se for o caso.

18.3. O processo administrativo de prorrogação, nas hipóteses previstas neste instrumento, deverá constar a descrição dos seguintes fatos e circunstâncias:

I - Descrição do fato que determinou a necessidade da prorrogação;
II - Demonstração de que o fato determinante é superveniente ao planejamento da contratação;
III - Demonstração de que fato determinante não era previsível ou se previsível, o seu impacto não poderia ser adequadamente mensurado, por ocasião do planejamento.

18.4. Toda prorrogação deverá ser formalizada por Termo Aditivo.

18.5. No caso de prorrogação de vigência, por acréscimo do objeto, o processamento das duas alterações serão processadas concomitantemente.

CLÁUSULA VINTE – ACESSO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

20. As partes assumem o compromisso de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, relativos ao tratamento de dados pessoais, nos meios físicos e digitais, devendo, para tanto, adotar medidas corretas de segurança sob o aspecto técnico, jurídico e administrativo, e observar que:

I. Eventual tratamento de dados em razão do presente Contrato deverá ser realizado conforme os parâmetros previstos na legislação, especialmente na Lei n° 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, dentro de propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

II. O tratamento será limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais e, caso seja necessário, ao cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, sejam de ordem principal ou acessória, observando-se que, em caso de necessidade de coleta de dados pessoais, esta será realizada mediante prévia aprovação da Embrapa, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares, salvo nos casos em que a legislação dispense tal medida;

III. A CONTRATADA deverá seguir as instruções recebidas da Embrapa em relação ao tratamento de dados pessoais;

IV. A CONTRATADA se responsabilizará como “Controladora de dados” no caso do tratamento de dados para o cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, devendo obedecer aos parâmetros previstos na legislação;

V. Os dados coletados somente poderão ser utilizados pelas partes, seus representantes, empregados e prestadores de serviços diretamente alocados na execução contratual, sendo que, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, sem a prévia autorização Embrapa, ou caso haja alguma ordem judicial, observando-se as medidas legalmente previstas para tanto;

VI. A CONTRATADA deve manter a confidencialidade dos dados pessoais obtidos em razão do presente contrato, devendo adotar as medidas técnicas e administrativas adequadas e necessárias, visando assegurar a proteção dos dados, nos termos do artigo 46 da LGPD, de modo a garantir um nível apropriado de segurança e a prevenção e mitigação de eventuais riscos;

VII. Os dados deverão ser armazenados de maneira segura pela CONTRATADA, que utilizará recursos de segurança da informação e tecnologia adequados, inclusive quanto a mecanismos de detecção e prevenção de ataques cibernéticos e incidentes de segurança da informação.

VIII. A CONTRATADA dará conhecimento formal para seus empregados e/ou prestadores de serviço acerca das disposições previstas nesta Cláusula e na Cláusula de Sigilo das Informações, responsabilizando-se por eventual uso indevido dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados.

IX. A Embrapa possui direito de regresso em face da CONTRATADA em razão de eventuais danos causados por este em decorrência do descumprimento das responsabilidades e obrigações previstas no âmbito deste contrato e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

X. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao titular do dado um canal ou sistema em que seja garantida consulta facilitada e gratuita sobre a forma, a duração do tratamento e a integralidade de seus dados pessoais.

XI. A CONTRATADA deverá informar imediatamente à Embrapa todas as solicitações recebidas em razão do exercício dos direitos pelo titular dos dados relacionados a este Contrato, seguindo as orientações fixadas pela Embrapa e pela legislação em vigor para o adequado endereçamento das demandas.

XII. A CONTRATADA deverá manter registro de todas as operações de tratamento de dados pessoais que realizar no âmbito do Contrato disponibilizando, sempre que solicitado pela Embrapa, as informações necessárias à produção do Relatório de Impacto de Dados Pessoais, disposto no artigo 5º, XVII, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

XIII. Qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação ou vazamento de dados pessoais deverá ser prontamente comunicado à Embrapa, informando-se também todas as providências adotadas e os dados pessoais eventualmente afetados, cabendo à CONTRATADA disponibilizar as informações e documentos solicitados e colaborar com qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada.

XIV. Ao final da vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá eliminar de sua base de informações todo e qualquer dado pessoal que tenha tido acesso em razão da execução do objeto contratado, salvo quando tenha que manter a informação para o cumprimento de obrigação legal.

20.1. As Partes reconhecem que, se durante a execução do Contrato armazenarem, coletarem, tratarem ou de qualquer outra forma processarem dados pessoais, no sentido dado pela legislação vigente aplicável, a Embrapa será considerada “Controladora de Dados”, e a CONTRATADA “Operadora” ou “Processadora de Dados”, salvo nas situações expressas em contrário neste Contrato. Contudo, caso a CONTRATADA descumpra as obrigações prevista na legislação de proteção de dados ou as instruções da Embrapa, será equiparada a “Controladora de Dados”, inclusive para fins de sua responsabilização por eventuais danos causados.

20.2. Caso a CONTRATADA disponibilize dados de terceiros, além das obrigações no caput desta Cláusula, deve se responsabilizar por eventuais danos que a Embrapa venha a sofrer em decorrência de uso indevido de dados pessoais por parte da CONTRATADA, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança técnica e administrativa, descumprimento de regras previstas na legislação de proteção à privacidade e dados pessoais, e das orientações da Embrapa, sem prejuízo das penalidades deste contrato.

20.3. A assinatura deste Contrato importa na manifestação de inequívoco consentimento do titular, seja ele pessoa física direta ou indiretamente relacionada à CONTRATADA, inclusive sócios, representantes legais, empregados, contratados e/ou terceirizados, quando for o caso, dos dados pessoais que tenham se tornados públicos como condição para participação na licitação e para contratação, para tratamento pela Embrapa, na forma da Lei nº 13.709/2018. Poderão ser solicitados pela Embrapa dados pessoais adicionais a fim de viabilizar o cumprimento de obrigação legal.

20.4. Os representantes legais signatários do presente autorizam a divulgação dos dados pessoais expressamente contidos nos documentos decorrentes do procedimento de contratação, tais como nome, CPF, e-mail, telefone e cargo, para fins de publicidade das contratações administrativas no site institucional da Embrapa e em cumprimento à Lei nº 12.527/ 2011 (Lei de Acesso à Informação).

20.5. As partes comprometem-se a coletar o consentimento, quando necessário, conforme previsto na Lei no 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), bem como informar os titulares dos dados pessoais mencionados no presente instrumento, para as finalidades descritas no parágrafo acima.

CLÁUSULA VINTE E UM - DA SUBCONTRATAÇÃO

21. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, sendo permitida a subcontratação de parcelas específicas do serviço, se assim dispor o Termo de Referência/Projeto Básico.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

22. O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses disciplinadas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016, entre outras legal ou contratualmente previstas, observando-se que:

I. as alterações devem preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e
II. é vedada a modificação contratual que desnature o objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Termo de Referência (Anexo I deste Contrato).

22.1. todas as alterações contratuais deverão ser formalizadas por processo administrativos formal, no qual estarão contidas todas as justificativas técnicas e documentação comprobatória da necessidade de alteração do ajuste.

22.2. As alterações deste Contrato deverão ser formalizadas por Termo Aditivo.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – CESSÃO DE CONTRATO OU DE CRÉDITO, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

23. É vedada a cessão deste Contrato, total ou parcialmente, ou de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte da CONTRATADA, de qualquer título de crédito em razão deste instrumento.

23.1. É admitida a sucessão contratual nas hipóteses em que a CONTRATADA realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

I. aquiescência prévia da Embrapa, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e
II. manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais.

23.2. Caso ocorra a sucessão contratual admitida no subitem anterior, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do presente Contrato, fazendo jus, por conseguinte, ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

23.3. É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DO NEPOTISMO

24. É vedada a prestação dos serviços ora contratados por familiar de empregado da Embrapa que exerça cargo em comissão ou função de confiança de qualquer natureza.

24.1.Entende-se por familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA VINTE E CINCO – DA DENÚNCIA

25. Independentemente de justo motivo, a Embrapa poderá dar por findo o presente contrato, sem que lhe caiba qualquer sanção, desde que o faça mediante aviso prévio por escrito de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA VINTE E SEIS - DA PUBLICAÇÃO

26. O extrato deste Contrato será levado à publicação no Diário Oficial da União, pela Embrapa, na forma do § 2º do artigo 51 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA VINTE E SETE – DISPOSIÇÕES FINAIS

27. Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

27.1. Integram o presente Contrato:

Anexo I - Termo de Referência
Anexo II - Proposta
Anexo III - Cronograma de Execução
Anexo IV - Matriz de Risco

27.2. A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA VINTE E OITO - DO FORO

28. Para dirimir questões judiciais relacionadas a execução do presente ajuste fica fixada a Seção Judiciária Federal do _____.

28.1. E por assim estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

_____, _____ de _____

_____
pela Embrapa

_____
pela Embrapa

_____
Pela Contratada

TESTEMUNHAS:

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Fernando de Melo Jorge Vieira**, **Chefe-Adjunto**, em 07/10/2026, às 11:30, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **14224461** e o código CRC **D553D9D9**.